Companhia de Concessões Rodoviárias

Relatório de revisão dos auditores independentes Informações Trimestrais (ITR)

Trimestre findo em 30 de junho de 2009

KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) da Companhia de Concessões Rodoviárias e dessa Companhia e suas controladas (informações consolidadas) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu principalmente em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

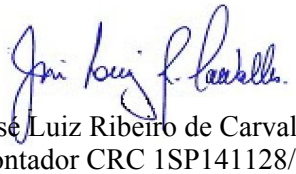
KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG Auditores Independentes is a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.

4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.1, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008 apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM n° 506 de 19 de junho de 2006.

12 de agosto de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	**COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**	**02.846.056/0001-97**
4 - NIRE		
35.300.158.334		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV.CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5º ANDAR				VILA OLÍMPIA	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO				5 - UF
04551-065	SÃO PAULO				SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
11	3048-5921	3048-5925	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
11	3048-5911	-	-		
15 - E-MAIL					
renato.vale@grupoccr.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
ARTHUR PIOTTO FILHO					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV.CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5º ANDAR				VILA OLÍMPIA	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
04551-065	SÃO PAULO				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
11	3048-5931	3048-5921	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
11	3048-5903	3048-5911	-		
16 - E-MAIL					
arthur.piotto@grupoccr.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2009	31/12/2009	2	01/04/2009	30/06/2009	1	01/01/2009	31/03/2009

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES	00418-9
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
JOSÉ LUIZ RIBEIRO DE CARVALHO	007.769.948-32

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	403.101.800	403.101.800	403.101.800
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	403.101.800	403.101.800	403.101.800
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	15/04/2009	Dividendo	29/04/2009	ON	0,3500000000
02	RCA	12/08/2009	Dividendo	30/09/2009	ON	1,1600000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
12/08/2009	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2009	4 - 31/03/2009
1	Ativo Total	2.884.034	2.850.147
1.01	Ativo Circulante	699.890	801.677
1.01.01	Disponibilidades	591.124	724.079
1.01.01.01	Caixa e Bancos	116	157
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	591.008	723.922
1.01.02	Créditos	67.229	34.092
1.01.02.01	Clientes	67.229	34.092
1.01.02.01.01	Contas a receber	0	0
1.01.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	67.229	34.092
1.01.02.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.02.02.01	Conta reserva	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	41.537	43.506
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	21.180	16.743
1.01.04.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	0	0
1.01.04.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	0	0
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	793	318
1.01.04.06	Outros Créditos	1.829	2.255
1.01.04.07	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	17.735	24.190
1.02	Ativo Não Circulante	2.184.144	2.048.470
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	404.794	393.353
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.01.01	Contas a receber	0	0
1.02.01.01.02	Conta reserva	0	0
1.02.01.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	344.126	334.164
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	342.366	333.008
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.760	1.156
1.02.01.03	Outros	60.668	59.189
1.02.01.03.01	Impostos a Recuperar	60.650	59.171
1.02.01.03.02	IRPJe CSLL Diferidos	0	0
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais	18	18
1.02.01.03.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	0	0
1.02.01.03.05	Despesas Antecipada de Outorga Fixa	0	0
1.02.01.03.06	Despesas Antecipadas	0	0
1.02.01.03.07	Outros Créditos	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.779.350	1.655.117
1.02.02.01	Investimentos	1.764.024	1.638.267

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2009	4 -31/03/2009
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.764.024	1.638.267
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.01.06	Provisão para Perda em Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.185	1.022
1.02.02.03	Intangível	14.141	15.828
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2009	4 - 31/03/2009
2	Passivo Total	2.884.034	2.850.147
2.01	Passivo Circulante	432.166	545.083
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Swap"	0	0
2.01.02	Debêntures	369.524	375.687
2.01.03	Fornecedores	2.433	2.427
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	212	190
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	212	190
2.01.04.02	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	40.310	141.085
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.01.06.03	Contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	15.674	12.912
2.01.07.01	Partes relacionadas	15.674	12.912
2.01.08	Outros	4.013	12.782
2.01.08.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.940	12.708
2.01.08.02	Obrigações com o Poder Concedente	0	0
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	73	74
2.02	Passivo Não Circulante	535.585	570.709
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	535.585	570.709
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	0	0
2.02.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Swap"	0	0
2.02.01.02	Debêntures	521.607	521.280
2.02.01.03	Provisões	6.410	37.897
2.02.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.02.01.03.05	Contingências	0	0
2.02.01.03.06	Provisão para Passivo a Descoberto	6.410	37.897
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	6.669	10.633
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	6.669	10.633
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	899	899
2.02.01.06.01	Obrigações com o poder concedente	0	0
2.02.01.06.02	Outras contas a pagar	899	899
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2009	4 -31/03/2009
2.05	Patrimônio Líquido	1.916.283	1.734.355
2.05.01	Capital Social Realizado	791.761	791.761
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	789.265	789.265
2.05.04.01	Legal	35.679	35.679
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	753.586	753.586
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.591)	(2.612)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.591)	(2.612)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	337.848	155.941
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	16.924	33.936	16.522	33.175
3.02	Deduções da Receita Bruta	(669)	(1.307)	482	575
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	16.255	32.629	17.004	33.750
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(9.119)	(17.939)	(9.756)	(18.312)
3.04.01	Depreciação e amortização	(6)	(11)	0	0
3.04.02	Serviços	(3.298)	(6.518)	(3.795)	(7.593)
3.04.03	Custos com Obrigações Poder Concedente	0	0	0	0
3.04.04	Custo com Pessoal	(4.299)	(8.214)	(3.611)	(6.827)
3.04.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	(1.273)	(2.690)	(1.546)	(2.775)
3.04.06	Outros	(243)	(506)	(804)	(1.117)
3.05	Resultado Bruto	7.136	14.690	7.248	15.438
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	174.771	323.158	134.679	288.666
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(18.921)	(33.707)	(27.463)	(46.806)
3.06.03	Financeiras	(149)	(1.607)	3.233	11.494
3.06.03.01	Receitas Financeiras	29.182	58.979	8.091	22.719
3.06.03.01.01	Var.Monet. s/ Emprést, Financ.Debêntures	0	0	0	0
3.06.03.01.02	Var.Camb. s/ Emprést, Financ.Debêntures	0	0	0	0
3.06.03.01.03	Variação Monetária s/Obrig.P.Concedente	0	0	0	0
3.06.03.01.04	Juros e Variações Monetárias s/Mútuos	11.516	18.382	40	95
3.06.03.01.05	Ganhos com Operações de "Hedge"	0	0	0	0
3.06.03.01.06	Juros e Outras Receitas Financeiras	17.666	40.597	8.051	22.624
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(29.331)	(60.586)	(4.858)	(11.225)
3.06.03.02.01	Juros s/ Emprést, Financ. e Debêntures	(28.895)	(59.812)	(3.331)	(7.349)
3.06.03.02.02	Var.Monet. s/ Emprést, Financ.Debêntures	0	0	0	0
3.06.03.02.03	Var.Camb. s/ Emprést, Financ.Debêntures	0	0	0	0
3.06.03.02.04	Variação Monetária s/Obrig. P.Concedente	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
3.06.03.02.05	Juros e Variações Monetárias s/Mútuos	(126)	(267)	0	0
3.06.03.02.06	Perda com Operações de "Hedge"	0	0	0	0
3.06.03.02.07	Taxas, Comissões e Outras Desp.Financ.	(310)	(507)	(1.527)	(3.876)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	8	8	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.686)	(3.372)	(1.927)	(3.857)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	195.519	361.836	160.836	327.835
3.07	Resultado Operacional	181.907	337.848	141.927	304.104
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	181.907	337.848	141.927	304.104
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	181.907	337.848	141.927	304.104
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,45127	0,83812	0,35209	0,75441
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(13.506)	(10.146)	(36.854)	(41.236)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.128	20.191	(13.639)	(12.540)
4.01.01.01	Lucro líquido do período	181.907	337.848	141.927	304.104
4.01.01.02	Imp.de renda e contrib.social diferidos	0	0	0	0
4.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	0	0	0	0
4.01.01.04	Provisão para perdas com investimentos	0	0	0	0
4.01.01.05	Depreciação e amortização	117	230	1.039	2.076
4.01.01.06	Baixa do ativo imobilizado	0	0	0	3
4.01.01.07	Baixa do ativo intangível	0	0	0	0
4.01.01.08	Baixa do ativo diferido	0	0	0	0
4.01.01.09	Amortização do ágio	1.686	3.372	1.007	2.014
4.01.01.10	Var.monetária obrigações c/P.Concedente	0	0	0	0
4.01.01.11	Var.monet.s/debêntures, emprést.financ.	0	0	0	0
4.01.01.12	Variação cambial s/empréstimos e financ.	0	0	0	0
4.01.01.13	Juros s/debêntures, empréstimos e financ	28.327	58.692	3.264	7.193
4.01.01.14	Resultado da operação de hedge	0	0	0	0
4.01.01.15	Constituição e juros sobre contingências	0	0	0	0
4.01.01.16	Provisão de devedores duvidosos	0	0	0	0
4.01.01.17	Juros e var.monetária s/mútuo c/p.relac.	(11.390)	(18.115)	(40)	(95)
4.01.01.18	Juros sobre impostos parcelados	0	0	0	0
4.01.01.19	Participação dos minoritários	0	0	0	0
4.01.01.20	Equivalência patrimonial	(195.519)	(361.836)	(160.836)	(327.835)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(18.634)	(30.337)	(23.215)	(28.696)
4.01.02.01	Contas a receber	0	82	(7)	441
4.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	(2.600)	(8.561)	1.177	(6.015)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(5.916)	(13.056)	(2.862)	(6.452)
4.01.02.04	Despesas antecipadas outorga fixa	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2009 a 30/06/2009	4 -01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/200801/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/200801/01/2008 a 30/06/2008
4.01.02.05	Outras despesas antecipadas	(475)	(459)	(19)	(267)
4.01.02.06	Outras contas a receber	426	91	161	(809)
4.01.02.07	Fornecedores	6	(2.213)	(300)	796
4.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	(1.328)	(6.612)	(1.668)	(4.373)
4.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	(8.768)	501	(5.260)	1.990
4.01.02.10	Imp.e contrib.recolher e parcel. e IR/CS	22	(109)	(219)	190
4.01.02.11	Liquidação de contingências	0	0	0	0
4.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	0	0	0	0
4.01.02.13	Outras contas a pagar	(1)	(1)	(14.218)	(14.197)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(102.422)	(113.655)	(140.029)	(187.494)
4.02.01	Aquisição de investimentos	(102.143)	(113.301)	(139.981)	(187.382)
4.02.02	Adiantamento p/aquisição de investimento	0	0	0	0
4.02.03	Aquisição de ativo imobilizado	(279)	(354)	(48)	(112)
4.02.04	Adiantamento p/aquisição de imobilizado	0	0	0	0
4.02.05	Aquisição de ativo intangível	0	0	0	0
4.02.06	Aquisição de ativo diferido	0	0	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(17.027)	(60.208)	(187.167)	(181.183)
4.03.01	Resgates/Aplicações na conta reserva	0	0	0	0
4.03.02	Liquidação das operações de hedge	0	0	0	0
4.03.03	Mútuos c/partes relacionadas -concessões	(52.802)	(402.552)	0	(600)
4.03.04	Mútuos c/partes relacionadas recebimento	23.818	23.818	0	0
4.03.05	Emprést., financ.e debênt. - captações	0	0	0	0
4.03.06	Emprést., financ.e debênt. - pagamentos	(34.730)	(79.850)	0	(45.854)
4.03.07	Emprést., financ.e debênt. - amort.custo	568	1.120	67	156
4.03.08	Dividendos recebidos	146.894	498.031	14.317	66.666
4.03.09	Dividendos pagos	(100.775)	(100.775)	(201.551)	(201.551)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2009 a 30/06/2009	4 -01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/200801/04/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
4.03.10	Juros sobre capital próprio	0	0	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(132.955)	(184.009)	(364.050)	(409.913)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	724.079	775.133	506.096	551.959
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	591.124	591.124	142.046	142.046

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2009 a 30/06/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	155.941	(2.612)	1.734.355
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	155.941	(2.612)	1.734.355
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	181.907	0	181.907
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	21	21
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	21	21
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	789.265	337.848	(2.591)	1.916.283

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 30/06/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	337.848	0	337.848
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(92)	(92)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(92)	(92)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	789.265	337.848	(2.591)	1.916.283

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2009	4 - 31/03/2009
1	Ativo Total	6.862.903	6.677.860
1.01	Ativo Circulante	1.329.127	1.467.379
1.01.01	Disponibilidades	847.215	1.071.928
1.01.01.01	Caixa e Bancos	18.207	28.481
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	829.008	1.043.447
1.01.02	Créditos	196.204	184.099
1.01.02.01	Clientes	196.201	171.298
1.01.02.01.01	Contas a Receber	130.841	116.094
1.01.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	84.102	71.268
1.01.02.01.03	Provisão para devedores Duvidosos	(18.742)	(16.064)
1.01.02.02	Créditos Diversos	3	12.801
1.01.02.02.01	Conta Reserva	3	12.801
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	285.708	211.352
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	181.898	95.981
1.01.04.02	IRPJ e CSLL Diferidos	12.922	15.971
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	7.196	7.196
1.01.04.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	50.626	42.458
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	17.358	15.637
1.01.04.06	Outros Créditos	9.648	16.300
1.01.04.07	Contas a Receber com Operações de "Swap"	6.060	17.809
1.02	Ativo Não Circulante	5.533.776	5.210.481
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.653.433	1.405.503
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.640	1.295
1.02.01.01.01	Contas a receber	26.410	26.410
1.02.01.01.02	Conta reserva	1.640	1.295
1.02.01.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	(26.410)	(26.410)
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.759	1.156
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.759	1.156
1.02.01.03	Outros	1.650.034	1.403.052
1.02.01.03.01	Impostos a Recuperar	60.661	59.169
1.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	38.837	24.921
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais	7.733	7.492
1.02.01.03.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	1.533.178	1.289.312
1.02.01.03.05	Despesa Antecipada de Outorga Fixa	0	0
1.02.01.03.06	Despesas Antecipadas	24	84
1.02.01.03.07	Outros Créditos	0	0
1.02.01.03.08	Contas a Recber com Operações de "Swap"	9.601	22.074
1.02.02	Ativo Permanente	3.880.343	3.804.978

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2009	4 -31/03/2009
1.02.02.01	Investimentos	10.268	73.599
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	10.268	73.599
1.02.02.02	Imobilizado	3.374.807	3.224.863
1.02.02.03	Intangível	412.586	421.912
1.02.02.04	Diferido	82.682	84.604

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2009	4 - 31/03/2009
2	Passivo Total	6.862.903	6.677.860
2.01	Passivo Circulante	2.660.987	2.596.310
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.446.189	1.362.890
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.445.459	1.362.332
2.01.01.02	Contas a Pagar - Operaçõe de "Swap"	730	558
2.01.02	Debêntures	631.222	653.232
2.01.03	Fornecedores	162.401	120.931
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	57.947	58.658
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	38.314	38.646
2.01.04.02	Impostos e Contribuições Parcelados	19.633	20.012
2.01.05	Dividendos a Pagar	42.731	143.506
2.01.06	Provisões	194.776	100.797
2.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social	177.820	92.842
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	15.258	6.449
2.01.06.03	Contingências	1.698	1.506
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	50.935	44.840
2.01.07.01	Partes relacionadas	50.935	44.840
2.01.08	Outros	74.786	111.456
2.01.08.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	38.732	66.569
2.01.08.02	Obrigações com o Poder Concedente	8.624	8.637
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	27.430	36.250
2.02	Passivo Não Circulante	2.252.796	2.320.478
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.252.796	2.320.478
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	445.333	419.902
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	445.333	419.902
2.02.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Swap"	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.409.616	1.499.771
2.02.01.03	Provisões	378.196	377.022
2.02.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	316.180	310.494
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	31.008	32.098
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e Contribuições Parcelados	22.943	27.356
2.02.01.03.05	Contingências	8.065	7.074
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	6.669	10.633
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	6.669	10.633
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	12.982	13.150
2.02.01.06.01	Obrigações com o Poder Concedente	9.491	9.581
2.02.01.06.02	Outras Contas a Pagar	3.491	3.569
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	32.837	26.717

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2009	4 -31/03/2009
2.05	Patrimônio Líquido	1.916.283	1.734.355
2.05.01	Capital Social Realizado	791.761	791.761
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	789.265	789.265
2.05.04.01	Legal	35.679	35.679
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	753.586	753.586
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.591)	(2.612)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.591)	(2.612)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	337.848	155.941
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	810.925	1.585.340	684.260	1.352.351
3.02	Deduções da Receita Bruta	(74.092)	(132.544)	(48.954)	(96.650)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	736.833	1.452.796	635.306	1.255.701
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(302.809)	(602.744)	(258.946)	(506.884)
3.04.01	Depreciação e Amortização	(88.112)	(175.506)	(76.948)	(154.260)
3.04.02	Serviços	(76.052)	(151.920)	(65.941)	(135.599)
3.04.03	Custo com Outorga	(64.016)	(124.943)	(46.434)	(92.323)
3.04.04	Custo com Pessoal	(44.588)	(86.213)	(39.606)	(70.022)
3.04.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	(9.742)	(20.267)	(9.953)	(15.783)
3.04.06	Outros	(20.299)	(43.895)	(20.064)	(38.897)
3.05	Resultado Bruto	434.024	850.052	376.360	748.817
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(147.993)	(301.275)	(153.454)	(273.493)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(77.407)	(138.859)	(84.149)	(136.842)
3.06.03	Financeiras	(66.025)	(148.936)	(66.890)	(129.215)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	73.151	136.657	32.547	75.326
3.06.03.01.01	Var.Monet. s/ Emprést, Financ.Debêntures	2.493	10.751	0	0
3.06.03.01.02	Var.Camb. s/ Emprést, Financ.Debêntures	41.986	59.930	14.153	20.241
3.06.03.01.03	Variação Monetária s/Obrig.P.Concedente	0	25	0	0
3.06.03.01.04	Juros e Variações Monetárias s/Mútuos	51	99	40	95
3.06.03.01.05	Ganho com Operações de "Hedge"	0	300	0	13.728
3.06.03.01.06	Juros e Outras Receitas Financeiras	28.621	65.552	18.354	41.262
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(139.176)	(285.593)	(99.437)	(204.541)
3.06.03.02.01	Juros s/ Emprést, Financ. e Debêntures	(103.003)	(213.848)	(49.457)	(98.584)
3.06.03.02.02	Var.Monet. s/ Emprést, Financ.Debêntures	0	(1.680)	(34.225)	(52.298)
3.06.03.02.03	Var.Camb. s/ Emprést, Financ.Debêntures	0	(5.464)	(66)	(14.175)
3.06.03.02.04	Variação Monetária s/Obrig.P.Concedente	(7)	0	(68)	(68)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
3.06.03.02.05	Juros e Variações Monetárias s/Mútuos	(28)	(28)	0	0
3.06.03.02.06	Perda com Operações de "Hedge"	(29.367)	(43.470)	(10.160)	(27.811)
3.06.03.02.07	Taxa, Comissões e Outras Desp. Financ.	(6.771)	(21.103)	(5.461)	(11.605)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	4.912	5.994	3.471	4.084
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(9.473)	(19.474)	(5.886)	(11.520)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	286.031	548.777	222.906	475.324
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	286.031	548.777	222.906	475.324
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(105.539)	(208.262)	(81.888)	(169.091)
3.11	IR Diferido	3.149	704	3.255	2.751
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(1.734)	(3.371)	(2.346)	(4.880)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	181.907	337.848	141.927	304.104
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,45127	0,83812	0,35209	0,75441
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	107.364	198.302	36.187	375.832
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	383.851	760.808	336.809	674.206
4.01.01.01	Lucro líquido do período	181.907	337.848	141.927	304.104
4.01.01.02	Imp.de renda e contrib.social diferidos	(3.149)	(704)	14.805	15.258
4.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	11.974	21.912	2.004	4.011
4.01.01.04	Provisão para perdas com investimetnos	3.714	3.714	4.259	4.860
4.01.01.05	Depreciação e amortização	93.667	183.990	80.362	161.165
4.01.01.06	Baixa do ativo imobilizado	774	2.114	1.862	2.542
4.01.01.07	Baixa do ativo intangível	0	4	1.305	1.340
4.01.01.08	Baixa do ativo diferido	0	0	1	1
4.01.01.09	Amortização do ágio	8.904	17.805	4.467	8.974
4.01.01.10	Var.monetária obrigações c/P.Concedente	7	(25)	68	68
4.01.01.11	Var.monet.s/debêntures, emprést.financ.	(2.493)	(9.071)	34.225	52.298
4.01.01.12	Variação cambial s/empréstimos e financ.	(52.350)	(65.487)	(18.520)	(11.124)
4.01.01.13	Juros s/debêntures, empréstimos e financ	100.650	209.063	53.020	101.508
4.01.01.14	Resultado da operação de hedge	29.367	43.170	10.160	14.083
4.01.01.15	Constituição e juros sobre contingências	1.294	1.467	2.705	2.917
4.01.01.16	Provisão de devedores duvidosos	2.678	5.345	757	5.745
4.01.01.17	Juros e var.monetária s/mútuo c/p.relac.	(23)	(71)	(40)	(95)
4.01.01.18	Juros sobre impostos parcelados	810	1.978	698	1.295
4.01.01.19	Participação dos minoritários	6.120	7.756	2.744	5.256
4.01.01.20	Equivalência patrimonial	0	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(276.487)	(562.506)	(300.622)	(298.374)
4.01.02.01	Contas a receber	(14.747)	(13.532)	(3.053)	(10.683)
4.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	(12.834)	(9.430)	(13.249)	(4.339)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(87.409)	(149.898)	(58.144)	(104.752)
4.01.02.04	Despesas antecipadas outorga fixa	(264.008)	(528.016)	(299.886)	(322.629)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2009 a 30/06/2009	4 -01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/200801/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/200801/01/2008 a 30/06/2008
4.01.02.05	Outras despesas antecipadas	(1.661)	966	(5.264)	(8.743)
4.01.02.06	Outras contas a receber	6.411	(96)	(3.545)	(7.506)
4.01.02.07	Fornecedores	41.470	2.776	16.418	3.494
4.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	8.517	1.087	(1.304)	(5.046)
4.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	(27.837)	(4.670)	(3.967)	14.995
4.01.02.10	Imp.e contrib.recolher e parcel.e IR/CS	84.730	151.606	77.095	144.142
4.01.02.11	Liquidação de contingências	(111)	(1.198)	0	(755)
4.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	(110)	(681)	14.872	14.872
4.01.02.13	Outras contas a pagar	(8.898)	(11.420)	(20.595)	(11.424)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(190.314)	(359.191)	(429.112)	(563.472)
4.02.01	Aquisição de investimentos	59.638	60.121	240	0
4.02.02	Adiantamento p/aquisição de investimento	0	(10.268)	30.000	0
4.02.03	Aquisição de ativo imobilizado	(230.113)	(388.748)	(238.333)	(327.397)
4.02.04	Adiantamento p/aquisição de imobilizado	(19.345)	(19.345)	0	(12.870)
4.02.05	Aquisição de ativo intangível	(886)	(1.343)	(210.729)	(212.065)
4.02.06	Aquisição de ativo diferido	0	0	(10.290)	(11.140)
4.02.07	Reclassificação do ativo diferido	392	392	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(141.763)	(29.767)	56.188	(94.307)
4.03.01	Resgates/Aplicações na conta reserva	12.453	785	50.500	(1.981)
4.03.02	Liquidação das operações de hedge	(4.969)	(7.003)	0	0
4.03.03	Mútuo c/partes relacionadas - captações	2.198	3.448	0	(600)
4.03.04	Mútuos c/partes relacionadas- pagamentos	(1.253)	(1.253)	0	0
4.03.05	Emprést.,financ.e debênt. - captações	1.372.703	1.664.613	386.859	386.859
4.03.06	Emprést., financ.e debênt. - pagamentos	(1.424.473)	(1.594.367)	(180.510)	(278.825)
4.03.07	Emprést., financ.e debênt. - amort.custo	2.353	4.785	890	1.791
4.03.08	Dividendos recebidos	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2009 a 30/06/2009	4 -01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/200801/04/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
4.03.09	Dividendos pagos	(100.775)	(100.775)	(201.551)	(201.551)
4.03.10	Juros sobre capital própio	0	0	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(224.713)	(190.656)	(336.737)	(281.947)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.071.928	1.037.871	835.167	780.377
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	847.215	847.215	498.430	498.430

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2009 a 30/06/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	155.941	(2.612)	1.734.355
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	155.941	(2.612)	1.734.355
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	181.907	0	181.907
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	21	21
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	21	21
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	789.265	337.848	(2.591)	1.916.283

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 30/06/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	337.848	0	337.848
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(92)	(92)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(92)	(92)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	789.265	337.848	(2.591)	1.916.283

Notas explicativas às informações trimestrais

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice

Nota	Descrição	Página
1	Contexto operacional	27
2	Apresentação das informações trimestrais	30
3	Resumo das principais práticas contábeis	30
4	Informações Trimestrais consolidadas	37
5	Caixa e equivalentes de caixa	40
6	Contas a receber	40
7	Impostos a recuperar	41
8	Imposto de renda e contribuição social	42
9	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	47
10	Outros créditos	49
11	Partes relacionadas	49
12	Investimentos	52
13	Imobilizado	58
14	Intangível	61
15	Financiamentos e empréstimos	64
16	Debêntures	75
17	Plano de incentivo de longo prazo	80
18	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	83
19	Outras contas a pagar	84
20	Provisão para contingências – consolidado	85
21	Arrendamento mercantil operacional – consolidado	86
22	Patrimônio líquido	86
23	Instrumentos financeiros	87
24	Cobertura de seguros	98
25	Compromissos vinculados a contratos de concessão	98
26	Eventos subsequentes	102
27	Demonstração do Valor Adicionado	104

1 Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil da CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias (Companhia), um dos maiores grupos privados de concessões de rodovias do mundo, que tem como objeto social participar em empresas que possuam concessão de exploração de rodovias, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionados à operação de rodovias, vias urbanas, pontes, túneis e infraestruturas metroviárias.

Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo (CCR ViaOeste)
- Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (CCR RodoAnel)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços)
- Actua Assessoria Ltda. (Actua Assessoria)
- Engelog Centro de Engenharia Ltda. (EngeLog)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)
- Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura (CPCI)
- Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- CCR – USA, LLC. (CCR Estados Unidos)

Concessões do Grupo CCR

A CCR é responsável por 1.571 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 1.491 quilômetros é responsável pela administração e em 80 quilômetros pela conservação e manutenção. As rodovias estão sob a gestão das concessionárias Ponte, NovaDutra, ViaLagos, RodoNorte, AutoBAn, ViaOeste e mais recente, a Concessionária RodoAnel. Além disso, quando do início das operações da concessionária ViaQuatro, a CCR passará a administrar também, 12,8 quilômetros de malha metroviária, no Estado de São Paulo.

Veja, a seguir, mais detalhes destas concessões:

CCR NovaDutra: Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 407,1 km. O prazo de concessão vai até fevereiro de 2021;

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CCR AutoBAn: Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, totalizando 316,8 km . O prazo de concessão vai até dezembro de 2026;

CCR ViaLagos: Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 km. O prazo de concessão vai até janeiro de 2022;

CCR Ponte: Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 km. O prazo de concessão vai até maio de 2015;

CCR RodoNorte: Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; PR-151, de Jaguariaíva a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetano, totalizando 567,8 km. O prazo de concessão vai até novembro de 2021;

CCR ViaOeste: Rodovias SP-280 Castello Branco, SP-270 Raposo Tavares, SP-075 Senador José Ermírio de Moraes e SP-091 Dr. Celso Charuri, entre a capital e o oeste do Estado de São Paulo, totalizando 168,6 km. O contrato de concessão vai até dezembro de 2022;

CCR RodoAnel: Trecho oeste do RodoAnel Mário Covas, interligação entre os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116), numa extensão total de 32 km. O contrato de concessão vai até junho de 2038.

ViaQuatro: Operação e manutenção da Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 km. A empresa está em fase pré-operacional, com previsão de início das operações no primeiro semestre de 2010. O contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado para 2041;

Outras empresas do Grupo

Além destas concessões, a CCR possui participação nas seguintes empresas:

Companhia de Participações em Concessões (CPC): A controlada tem participação de 99% da CCR e de 1% da Actua Assessoria Ltda. Seu objetivo é participar do capital de outras sociedades. A empresa detém 40% do capital social da Renovias, responsável pela administração das rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 km. O prazo de concessão vai até maio de 2022.

A CPC e a Brisa firmaram, em fevereiro de 2009, Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas, com os atuais acionistas da Controlar S.A., para aquisição de 45% do capital desta pela CPC e 10% pela Brisa. A Controlar é uma concessionária de serviços públicos municipais que detém, até 2018, a concessão para implantação e execução da inspeção ambiental veicular na cidade de São Paulo. O valor acordado dessa transação, sujeito a ajustes previstos em contrato, é de R$ 121.014, tendo sido adiantados R$ 10.268 em fevereiro de 2009.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Actua Serviços Compartilhados Ltda., **Actua Assessoria Ltda**., **Engelog Centro de Engenharia Ltda**. e **Parques Serviços Ltda**. que têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da Companhia.

Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A (Grupo STP) e suas controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda., cujo objetivo é operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos. Atualmente presta serviços nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V., cujo objetivo principal é explorar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens subterrâneos (metrô).

CCR – USA, LLC, cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos da América. Em 04 de maio de 2009, a controlada firmou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brisa – Autoestradas de Portugal S.A. ("Brisa"), para a venda de totalidade de sua participação de 10% no capital social na empresa Northwest Parkway, LLC, no valor de US$ 29.143 mil, com ágio de US$ 1.789 mil, integralmente liquidado em 05 de maio de 2009. A Northwest Parkway é a concessionária responsável pela exploração da concessão de aproximadamente 14 km que integra o anel viário da cidade de Denver, no estado do Colorado, EUA.

CPCI (Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura) e **CPCSP (Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos)**, ambas com participação de 99% da CCR e de 1% da Actua Serviços Compartilhados Ltda. As empresas foram criadas com objetivo de participação no capital de outras sociedades.

Sobre o negócio

As concessões do Grupo CCR consistem na exploração de rodovias mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar estas rodovias. Como parte do contrato de concessão, os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade dessas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos e ViaQuatro. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

No final dos contratos de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados, e cuja implantação tenha sido autorizada pelo Poder Concedente.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas. As fórmulas de reajuste das tarifas básicas são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

2 Apresentação das informações trimestrais

a. Apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 12 de agosto de 2009 foi autorizada, pela diretoria da Companhia, a conclusão destas informações trimestrais.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Adoção da Lei nº. 11.638/07

Na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela lei nº. 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008.

Para fins de divulgação das informações trimestrais comparativas, a Companhia seguiu as orientações da Deliberação CVM 506, de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, consequentemente, reapresentando as informações trimestrais de 2008.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção da Lei nº. 11.638/07 e a Medida Provisória nº. 449/08 no semestre findo em 30 de junho de 2008 estão detalhados a seguir:

Efeitos da adoção da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória Nº. 449/08

Apresentamos a conciliação do resultado de 30 de junho de 2008 considerando os efeitos da adoção da Lei nº. 11.638/07, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração dos efeitos no resultado em 30 de junho de 2008 decorrentes da Adoção da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08

	30/06/08
Lucro líquido do semestre sem os efeitos da Lei nº. 11.638/07	**305.178**
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção da Lei nº.11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08	
Apropriação dos custos de transação na emissão de títulos	(450)
Ajustes acumulados de conversão	242
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado – swap	(3.821)
Reversão de provisão para pagamentos baseados em ações	1.496
IR e CSLL diferidos sobre os efeitos da adoção da Lei nº. 11.638/07	1.459
Lucro líquido do semestre	**304.104**

Os efeitos tributários dos ajustes decorrentes da adoção da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08 foram lançados nas contas de resultado. Os referidos ajustes foram contabilizados em contrapartida de contas patrimoniais de ativo ou passivo fiscal diferido.

Reclassificações no resultado

Controladora

O saldo de resultado não operacional do primeiro semestre de 2008 no valor de R$ 2 foi reclassificado para outras despesas operacionais.

Consolidado

Os saldos de resultado não operacional do primeiro semestre de 2008 nos valores de R$ 4.084 e R$ 2.546, respectivamente receitas e despesas, foram reclassificados para outras receitas e despesas operacionais.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e da ponte e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estimativas contábeis

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, intangível e diferido, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros e ativos e passivos relacionados aos benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam as estimativas e as premissas trimestralmente.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros podem ser classificados em:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são ativos e passivos que são mantidos para negociação ou que são derivativos (exceto instrumento de hedge definido como efetivo) ou que no reconhecimento inicial tenham sidos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado;

- Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento e que não estão classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda ou como empréstimos e recebíveis;

- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis, que não sejam cotados em mercado ativo, como também, não estejam classificados como mantidos para negociação ou que tenham sidos classificados inicialmente como mensurados ao valor justo por meio do resultado; e

- Disponíveis para venda: são ativos financeiros que estão disponíveis para venda e não são classificados nas outras categorias.

Os instrumentos financeiros são divididos entre derivativos e não derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos

Estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e são contabilizados no resultado do período. Incluem contratos de swap feitos com a finalidade de hedge.

Instrumentos financeiros não derivativos

Incluem caixa e equivalentes de caixa, conta reserva, contas a receber e a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estão registrados pelo seu valor justo quando disponíveis para venda ou por meio do custo amortizado apurado pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos dos custos da transação ou de provisão para perdas, quando aplicável.

Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar até a liquidação dessa transação.

Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as orientações do CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passa a compor o valor de registro contábil em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulado de conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

As informações trimestrais das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos circulante e não circulante

Contas a receber

As contas a receber de clientes referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônico e acessórias, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de

responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Investimentos

Os investimentos em controladas com participação no capital votante, superior a 20%, ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum, são avaliados por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, se aplicável.

As informações sobre os investimentos estão divulgadas na nota explicativa nº.12.

Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos, quando incorridos, são debitados no resultado. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como imobilizações em andamento. A depreciação é computada pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº.13.

Ativos intangíveis

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

Os ágios gerados na aquisição e aumento das participações em investidas com vida útil definida e fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, são amortizados linearmente até o limite do prazo da concessão / contrato. Os ágios gerados na aquisição ou aumento de participações em negócios, que não tenham vida útil definida, não são amortizados.

As taxas de amortização do intangível estão divulgadas na nota explicativa nº.14.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Gastos Pré-operacionais

Os gastos pré-operacionais são reconhecidos no resultado, quando incorridos, exceto aqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como os juros de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº.21.

Ativo Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. Esses ativos são amortizados linearmente pelo prazo máximo de dez anos.

A Controlada RodoAnel e a Controlada em conjunto ViaQuatro optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado.

Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm os seus valores de recuperação testados anualmente.

Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as empresas tributadas no regime de lucro presumido, as alíquotas são as mesmas citadas acima, porém a base de cálculo é de 32% sobre a receita operacional bruta, acrescida das receitas financeiras.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irretratável se dará por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica no prazo a ser definido pela Receita Federal do Brasil.

Os impostos ativos diferidos, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

Direito de concessão

A Companhia segue a prática contábil de não ativar o direito de outorga, tratando-o como uma espécie de arrendamento operacional (aluguel), não reconhecendo o passivo relativo às obrigações futuras de pagamentos de direito de outorga ao Poder Concedente, conforme divulgado nas notas explicativas nº. 9 e nº. 25. Essa prática, assim como a contabilização de todos os eventos contábeis relacionados, está sob a égide de decisão de Colegiado da CVM, ocorrida em novembro de 2002. As divulgações requeridas pelo Comunicado Técnico nº. 03/03 do IBRACON, referendado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº. 01/2007 encontram-se descritas na nota explicativa nº. 25. A Companhia adotará norma específica relativa a contratos de concessão, quando emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologada pela Comissão de Valores Mobiliários.

4 Informações Trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	30/06/09	31/03/09
• **Controladas**		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00	100,00
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	99,00	99,00
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.	95,00	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	99,90	99,90
Actua Assessoria Ltda.	99,90	99,90
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	99,90	99,90
CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura	99,00	99,00
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	99,00	99,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100,00	100,00
CCR – USA, LLC	100,00	100,00
(*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A.		
• **Controladas em conjunto**		
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25

O Consórcio Operador Parques foi considerado como uma extensão das atividades da investidora e está sendo apresentado na proporção de 84,20% de seus ativos, passivos e resultados integrados às informações trimestrais individuais da Companhia de Concessões Rodoviárias (controladora).

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros e prejuízos acumulados das empresas controladas;

c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;

d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;

e. As participações dos minoritários da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., da Parques Serviços Ltda. e da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., no patrimônio líquido e no resultado, foram destacadas e registradas na rubrica "Participação de acionistas não controladores";

f. A prática contábil adotada pela Companhia é de não reconhecer no ativo intangível e no passivo o direito de outorga, como descrito na nota explicativa 3.2, no item Direito de concessão. Por esse motivo, as informações trimestrais da controlada em conjunto Renovias, para fins de consolidação, foram ajustadas para considerar esta prática contábil;

g. A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) e a Renovias Concessionária S.A. (Renovias), controladas em conjunto, são avaliadas por equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora e consolidadas proporcionalmente nas informações trimestrais consolidadas.

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto STP, ViaQuatro e Renovias, bem como o percentual de participação em cada uma delas, estão a seguir demonstrados:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/06/09						31/03/09					
	STP		ViaQuatro		Renovias		STP		ViaQuatro		Renovias	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%
Ativo circulante	316.944	121.231	103.714	60.154	21.084	8.434	251.783	96.307	92.636	53.729	26.742	10.697
Ativo não circulante	51.030	19.519	177.580	102.996	329.823	131.929	52.217	19.973	169.160	98.112	311.027	124.411
Realizável a Longo Prazo	-	-	5.201	3.016	20.649	8.259	-	-	2.023	1.173	18.222	7.289
Imobilizado	45.701	17.481	129.005	74.823	308.802	123.521	48.112	18.403	123.085	71.389	292.440	116.976
Intangível	5.329	2.038	35	20	372	149	4.105	1.570	37	21	365	146
Diferido	-	-	43.339	25.137	-	-	-	-	44.015	25.529	-	-
Total do ativo	367.974	140.750	281.294	163.150	350.907	140.363	304.000	116.280	261.796	151.841	337.769	135.108
Passivo circulante	304.667	116.535	20.254	11.747	69.205	27.682	257.746	98.588	4.782	2.774	51.726	20.691
Passivo não circulante	342	131	176.262	102.232	91.825	36.730	249	95	214.733	124.544	98.101	39.240
Patrimônio líquido	62.965	24.084	84.778	49.171	189.877	75.951	46.005	17.597	42.281	24.523	187.942	75.177
Total do passivo e patrimônio líquido	367.974	140.750	281.294	163.150	350.907	140.363	304.000	116.280	261.796	151.841	337.769	135.108

	30/06/09						30/06/08					
	STP		ViaQuatro		Renovias		STP		ViaQuatro		Renovias	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%
Receita operacional líquida	89.310	34.161	-	-	98.244	39.298	53.354	20.408	-	-	15.044	6.018
Custos dos serviços prestados	(32.005)	(12.242)	-	-	(53.961)	(21.585)	(15.807)	(6.046)	-	-	(7.187)	(2.875)
Lucro bruto	57.305	21.919	-	-	44.283	17.713	37.547	14.362	-	-	7.857	3.143
Despesas (Receitas) operacionais	(39.198)	(14.993)	(7.903)	(4.584)	405	162	(16.293)	(6.232)	-	-	(1.127)	(451)
Resultado operacional	18.107	6.926	(7.903)	(4.584)	44.688	17.875	21.254	8.130	-	-	6.730	2.692
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	2.883	1.103	24.265	14.074	(3.467)	(1.387)	2.256	863	-	-	(964)	(386)
Resultado antes do IR e CS	20.990	8.029	16.362	9.490	41.221	16.488	23.510	8.993	-	-	5.766	2.306
IR e CS corrente e diferido	(8.125)	(3.108)	(5.219)	(3.027)	(16.653)	(6.661)	(8.284)	(3.169)	-	-	(665)	(266)
Lucro líquido do período	12.865	4.921	11.143	6.463	24.568	9.827	15.226	5.824	-	-	5.101	2.040

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09
Caixa e bancos	116	157	18.207	28.481
Aplicações financeiras	591.008	723.922	829.008	1.043.447
	591.124	724.079	847.215	1.071.928

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas à taxa de 100% do CDI, equivalente a 11,45% ao ano (12,75% ao ano em 31 de março de 2009).

	Controladora		Consolidado	
	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos	505.070	582.719	723.263	852.964
CDBs pós-fixados	85.938	141.203	103.991	188.763
Debêntures	-	-	1.740	1.705
Títulos de capitalização	-	-	14	15
Total	591.008	723.922	829.008	1.043.447

6 Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/09	31/03/09
Circulante		
Pedágio eletrônico – STP (a)	115.251	101.329
Pedágio eletrônico – outros (b)	8.983	7.457
Receitas acessórias (c)	5.826	6.525
Outros	781	783
	130.841	116.094
Provisão para devedores duvidosos (d)	(18.742)	(16.064)
	112.099	100.030

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não circulante		
Poder Concedente - ViaOeste (e)	24.292	24.292
Receitas acessórias (c)	2.118	2.118
	26.410	26.410
Provisão para devedores duvidosos -ViaOeste (e)	(24.292)	(24.292)
Provisão para devedores duvidosos (d)	(2.118)	(2.118)
	(26.410)	(26.410)
	-	-

(a) Referem-se aos créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de TAG´s e estacionamentos da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.

(b) Referem-se aos créditos a receber decorrentes, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale-pedágio.

(c) Referem-se aos créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão.

(d) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos a mais de 90 dias.

(e) Refere-se ao saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº. 3 para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas.

Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho da causa provavelmente será favorável à controlada. Mesmo com base nesse entendimento, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/09	**31/03/09**	**30/06/09**	**31/03/09**
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (a)	41	-	156.944	69.769
Imposto de renda retido na fonte	13.517	8.743	14.734	11.642
COFINS	5.560	6.010	6.467	6.567
PIS	1.208	1.305	1.603	1.621
CSLL	849	680	1.224	863
ISS	5	5	476	5.049
Outros	-	-	450	470
	21.180	16.743	181.898	95.981

Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	60.102	59.171	60.100	59.169
COFINS	450	-	461	
PIS	98	-	100	-
	60.650	59.171	60.661	59.169

(a) Deste montante, R$ 145.647 refere-se a antecipações de IRPJ e CSLL relativos ao lucro real do ano de 2009.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções, anualmente. Se ocorrerem fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	30/06/09	**31/03/09**
Ativo circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	1.868	1.651
Base negativa de contribuição social	673	1.024
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	3.406	633
Perdas com operação de swap	135	50
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.777	6.226
Provisão para comissão sobre empréstimos	1.144	2.749
Provisão para devedores duvidosos	3.195	2.420
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG´S	517	1.084
Provisão para contingências	85	11
Provisão para perda de investimentos	122	123
	12.922	15.971

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativo não circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	18.809	8.809
Base negativa de contribuição social	6.771	3.171
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	925	871
Provisão para devedores duvidosos	8.915	8.975
Provisão para contingências	3.103	1.987
Ajuste de prática contábil para consolidação Renovias	-	777
Provisão para perda de investimentos	314	326
Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	5
	38.837	24.921
Passivo circulante		
Variação Cambial	12.645	503
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	171	-
Ganhos com operação de swap	2.442	5.946
	15.258	6.449
Passivo não circulante		
Variação cambial	7.398	4.024
Ajuste de prática contábil consolidação Renovias	20.346	20.569
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	400	719
Ganhos com operação de swap	2.864	6.786
	31.008	32.098

O imposto de renda e contribuição social diferidos por Companhia estão representados por:

	30/06/09	**31/03/09**
Ativo		
ViaLagos (1)	25.106	11.487
ViaLagos (2)	68	64
ViaOeste (2)	9.459	10.234
AutoBAn (2)	3.420	6.933
RodoNorte (1)	-	1.994
RodoNorte (2)	899	1.114
NovaDutra (2)	2.020	2.202
EngeLog(2)	638	1.952
STP (2)	2.103	1.383
CPC (2)	834	777
Ponte (2)	649	555
Parques (2)	394	397
ViaQuatro (1)	3.017	1.173
ViaQuatro (5)	3.152	627
	51.759	40.892

Passivo

CPC (4)	20.344	20.569
ViaLagos (5)	10.662	11.529
Ponte (5)	5.730	6.008
RodoNorte (3)	552	441
ViaQuatro (5)	8.978	-
	46.266	38.547

(1) De acordo com a Instrução CVM nº. 371 de junho de 2002, a controlada ViaLagos e a controlada em conjunto ViaQuatro registraram ativos fiscais diferidos sobre a parcela realizável dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, suportada por projeções de lucros aprovadas pelos respectivos órgãos da Administração. O saldo em 31 de março de 2009 da controlada RodoNorte, no montante de R$ 1.994, foi totalmente compensado com lucros tributáveis no 2º trimestre de 2009.

(2) Ativo fiscal diferido constituído sobre diferenças temporárias.

(3) A Controlada RodoNorte optou por utilizar o facultado pela legislação fiscal, no que tange ao diferimento da variação cambial, que permite que a apuração e recolhimento dos tributos de natureza federal sejam considerados somente no momento de sua realização. Os valores registrados contabilmente, pelo regime de competência, são adicionados ou excluídos para fins fiscais, quando da apuração e pagamento dos tributos.

(4) O imposto de renda e contribuição social diferidos decorrem dos ajustes de prática contábil, conforme nota explicativa nº.4f.

(5) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença temporária sobre os resultados de operações de swap e variações cambiais, às quais estão sendo diferidas conforme facultado pela legislação fiscal, ou seja, estão sendo consideradas somente no momento de sua realização.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS — 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A controlada ViaLagos e a controlada em conjunto ViaQuatro estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, descrito no item 1, nos seguintes exercícios:

2009	2.542
2010	3.385
2011	3.551
2012	3.863
2013	2.264
2014 a 2016	7.065
2017 a 2019	5.453
	28.123

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Companhia (controladora) e a controlada RodoAnel não registraram o ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até junho de 2009, nos montantes de R$ 52.176 e R$ 52.224 respectivamente, para a controladora e R$ 66.151 (prejuízos fiscais e bases negativas) para a controlada RodoAnel, em virtude de não atenderem aos requisitos da Instrução CVM nº. 371 de junho de 2002. Se fosse registrado, em 30 de junho de 2009 o saldo do ativo fiscal diferido seria de R$ 17.744 para a Controladora e R$ 22.491 para a controlada RodoAnel .

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	30/06/09		30/06/08		30/06/09		30/06/08	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real								
Lucro antes da tributação/participação	337.848	337.848	304.104	304.104	548.777	548.777	475.324	475.324
Lucro das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	-	(17.436)	(17.436)	(12.821)	(12.821)
Participação dos minoritários	-	-	-	-	(3.371)	(3.371)	(4.880)	(4.880)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	337.848	337.848	304.104	304.104	527.970	527.970	457.623	457.623
Ajuste referente ao método de equivalência patrimonial (MEP)	(361.836)	(361.836)	(327.835)	(327.835)	-	-	-	-
Lucro / (prejuízo) antes do IRPJ, CSLL e MEP	(23.988)	(23.988)	(23.731)	(23.731)	527.970	527.970	457.623	457.623
Ajustes para o cálculo dos impostos								
Adições	17.448	17.448	8.559	8.559	118.451	118.451	55.581	55.581
Exclusões	(14.965)	(14.965)	(9.489)	(9.489)	(132.641)	(132.082)	(35.196)	(35.196)
Base de cálculo dos impostos	(21.505)	(21.505)	(24.661)	(24.661)	513.780	514.339	478.008	478.008
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	(20.075)	(25.079)	(20.447)	(20.447)
Lucro real / (prejuízo) a compensar	(21.505)	(21.505)	(24.661)	(24.661)	493.705	489.260	457.561	457.561
Impostos correntes (lucro real)	-	-	-	-	150.056	53.936	121.436	43.835
Regime fiscal de lucro presumido								
Receita bruta	-	-	-	-	37.832	37.832	34.858	34.858
Receita financeira	-	-	-	-	297	297	164	164
Base de cálculo (32% da receita bruta + receita financeira)	-	-	-	-	12.403	12.403	11.319	11.319
Impostos correntes (lucro presumido)	-	-	-	-	3.132	1.138	2.802	1.018
Total de impostos correntes (lucro real e presumido)	-	-	-	-	153.188	55.074	124.238	44.853
Diferenças temporárias	-	-	-	-	28.118	27.559	(16.668)	(16.668)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	20.075	25.079	20.447	20.447
Constituição de ativo fiscal diferido	-	-	-	-	(51.443)	(51.443)	(10.462)	(10.462)
Base de cálculo de impostos diferidos	-	-	-	-	(3.250)	1.195	(6.683)	(6.683)
Impostos diferidos	-	-	-	-	(813)	109	(2.023)	(728)
Total de impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	152.375	55.183	122.215	44.125
Alíquota efetiva	-	-	-	-	28%	10%	26%	9%

c. Passivo não circulante consolidado

A partir de 1º de julho de 2006, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Correntes das controladas AutoBAn e ViaOeste são pagos considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e às respectivas variações monetárias, decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. Desde a implantação desse procedimento, as diferenças temporárias de impostos, geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal), são registradas no passivo não circulante.

Atualmente, a controlada AutoBAn discute este procedimento junto ao Conselho de Contribuintes, em virtude de questionamento das autoridades fiscais. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que a causa tem boas perspectivas de êxito.

	30/06/09	31/03/09
AutoBAn	279.098	271.366
ViaOeste	37.082	39.128
	316.180	310.494

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Consolidado	
	30/06/09	31/03/09
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	50.626	42.458
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	1.288.211	1.070.807
Despesa antecipada de outorga fixa – extensão do prazo da concessão (2)	244.967	218.505
	1.533.178	1.289.312

(1) Outorga da concessão

(1.1) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada AutoBAn efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos sub-rogados e obrigações relacionadas à outorga, sendo esses valores registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão. O saldo remanescente em 30 de junho de 2009 era de R$ 4.727 no circulante e de R$ 77.995 no não circulante (R$ 4.727 e R$ 79.176 em 31 de março de 2009).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 28 anos e 8 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2026.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1.2) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada ViaOeste efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente relacionados à outorga da concessão. O saldo remanescente em 30 de junho de 2009 era de R$ 3.297 no circulante e de R$ 41.212 no não circulante (R$ 3.297 e R$ 42.037 em 31 de março de 2009).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 24 anos e 9 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2022.

(1.3) A controlada ViaLagos efetuou, em 30 de novembro de 2005, o pagamento antecipado da outorga referente às parcelas a incorrer a partir da data mencionada até o final da concessão. O saldo remanescente em 30 de junho de 2009 era de R$ 1.177 no circulante e de R$ 12.557 no não circulante (R$ 1.177 e R$ 12.851 em 31 de março de 2009).

(1.4) A controlada RodoAnel efetuou pagamentos relativos à outorga, os quais serão apropriados ao resultado pelo prazo remanescente da concessão. O saldo remanescente em 30 de junho de 2009 era de R$ 41.425 no circulante e de R$ 1.156.447 no não circulante (R$ 33.257 e R$ 936.743 em 31 de março de 2009).

(2) A mudança do prazo de concessão, mencionada no contexto operacional, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa, descritos na nota explicativa nº. 25. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, as controladas ViaOeste, AutoBAn e a controlada em conjunto Renovias passaram a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão, para que assim o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear no resultado durante o prazo remanescente da concessão, da seguinte forma:

- de abril de 2018 até dezembro de 2022 – ViaOeste;
- de maio de 2018 até dezembro de 2026 – AutoBAn;
- de abril de 2018 até maio de 2022 – Renovias.

Em 30 de junho de 2009, o saldo dos valores reduzidos do custo referente ao pagamento de outorga fixa e reconhecidos como despesa paga antecipadamente é de R$ 244.967 (R$ 218.505 em 31 de março de 2009), sendo, na ViaOeste R$ 30.024 (R$ 26.777 em 31 de março de 2009), na AutoBAn R$ 209.808 (R$ 187.149 em 31 de março de 2009) e na Renovias R$ 5.135 (R$ 4.579 em 31 de março de 2009).

10 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09
Circulante				
Adiantamentos a terceiros	1.043	1.412	6.715	13.789
Adiantamentos de pessoal	285	342	1.803	1.440
Outros	501	501	1.130	1.071
	1.829	2.255	9.648	16.300

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 30 de junho e em 31 de março de 2009, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições de mercado, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, entidades controladas em conjunto, controladas, coligadas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Controladora

	Transações		Saldos			
			Ativo		Passivo	
	Serviços Prestados	Receitas	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladas						
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a)	-	-	14.586	-	1	-
Actua Assessoria Ltda.	603	-	1	-	94	-
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	2	-	-	-
Concessionária da Rodovia Anhanguera-Bandeirantes S.A.	-	-	1	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	-	-	-	1.724	2	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (b)	-	-	-	340.642	-	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (b)	-	-	52.618	-	-	-
Companhia de Participações em Concessões (b)	-	-	-	-	3.821	-
Parques Serviços Ltda. (d)	-	-	-	-	1.849	-
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	465	-	-	-	73	-
Consórcio Operador Parques (a)	-	33.848	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	537	-	-	-	84	-
Controladoras						
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (e)	-	-	-	-	12	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (e)	-	-	-	-	-	720
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (e)	-	-	-	-	-	476
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	21	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Benito Roggio Transporte Ltda. (c)	-	-	-	880	-	-
RATP Developpment S.A. (c)	-	-	-	880	-	-
Profissionais chave						
Remuneração dos administradores	6.739	-	-	-	3.918	-
Plano de incentivo de longo prazo	609	-	-	-	5.820	4.753
Total, 30 de junho de 2009	8.953	33.848	67.229	344.126	15.674	6.669
Total, 31 de março de 2009	3.444	16.924	34.092	334.164	12.912	10.633
Total, 30 de junho de 2008	2.109	32.682				

(a) Refere-se ao contas a receber e receita do Consórcio Operador Parques pela prestação de serviços de operação e manutenção na controlada RodoNorte.

(b) Refere-se aos contratos de mútuos, remunerados às taxas de CDI + 1,18% a.a. para a controlada RodoAnel e de CDI + 4% a.a. para as controladas NovaDutra e CPC. Os vencimentos previstos para os contratos são: (i) NovaDutra, em 31 de agosto de 2010, (ii) RodoAnel, em 29 de junho de 2010, e (iii) CPC, em 16 de julho de 2009. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas.

(c) Refere-se aos contratos de mútuo entre as empresas, remunerados pela taxa IPC com vencimento em 28 de fevereiro de 2015.

(d) Refere-se ao contas a pagar do Consórcio Operador Parques para despesas de folha de pagamento.

(e) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Consolidado

	Transações			Saldos			
				Ativo		Passivo	
	Serviços prestados	Imobilizado	Receitas	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladoras							
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	25	-	-	-
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.291	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (h)	-	-	-	-	-	-	720
Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.142	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (c)	-	-	-	-	-	12	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (h)	-	-	-	-	-	-	720
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	33.198	-	-	-	6.673	-
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (h)	-	-	-	-	-	-	476
Controladas							
Engelog – Centro de Engenharia Ltda.	-	-	273	-	-	-	-
Actua Assessoria Ltda.	-	-	952	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	1.022	-	-	-	-
Controladas em conjunto							
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	83.391	-	40	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	-	-	-	98	-	-	-
Outras partes relacionadas							
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	100.095	-	-	129	-	15.950	-
Consórcio Construtor Anhanguera (e)	-	29.842	-	-	-	1.834	-
Consórcio Operador Parques (d)	5.548	-	-	341	-	2.354	-
Consórcio Vila Velha (f)	-	23.576	-	30	-	373	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	88	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Benito Roggio Transporte Ltda. (g)	-	-	-	-	880	-	-
RATP Developpment S.A. (g)	-	-	-	-	879	-	-
Encalso Construções S.A.	-	7.928	-	-	-	2.769	
Cesbe S.A. Engenharia e Equipamentos	-	-	-	-	-	97	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	145	-
Profissionais chave							
Remuneração dos administradores	20.655	-	-	-	-	12.429	-
Plano de incentivo de longo prazo	609	-	-	-	-	5.820	4.753
Total, 30 de junho de 2009	126.907	94.544	2.247	84.102	1.759	50.935	6.669
Total, 31 de março de 2009	57.717	49.190	1.126	71.268	1.156	44.840	10.633
Total, 30 de junho de 2008	96.272	32.386	1.794				

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

(a) Refere-se aos valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as controladas no período subsequente.

(b) O custo de serviços prestados, no montante de R$ 100.095, refere-se ao custo de operação e manutenção da controlada NovaDutra.

(c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias.

(d) O custo de serviços prestados, no montante de R$ 5.548, refere-se ao custo para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da controlada RodoNorte.

(e) Obras referentes ao Complexo Anhanguera na Marginal Tietê, conforme contrato de prestação de serviços firmado em 22 de fevereiro de 2008.

(f) Obras nas rodovias operadas pela controlada RodoNorte.

(g) Refere-se aos contratos de mútuo entre as empresas.

(h) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital.

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/09	30/06/08	30/06/09	30/06/08
Benefícios de curto prazo (1)	2.944	3.031	7.050	6.315
Outros benefícios de curto prazo (2)	3.795	3.448	13.605	11.293
Plano de incentivo de longo prazo (3)	609	2.200	609	2.200
Total	7.348	8.679	21.264	19.808

(1) Remuneração fixa.
(2) Remuneração variável, seguro de vida e previdência privada.
(3) Plano de incentivo de longo prazo conforme detalhado na nota explicativa nº. 17.

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09
Participações em empresas controladas e controladas em conjunto	1.764.024	1.638.267	-	-
Adiantamento para aquisição de investimentos	-	-	10.268	10.268
Outros investimentos	-	-	-	63.331
Total	1.764.024	1.638.267	10.268	73.599

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Movimentação dos saldos

	NovaDutra	AutoBAn	ViaLagos	Ponte	RodoNorte	ViaOeste	CPC	RodoAnel	STP	ViaQuatro	Parques	Actua Serviços	Actua Assessoria	EngeLog	CPCI	CPCSP	CCR México	CCR USA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	235.793	422.676	15.077	35.390	153.475	257.944	271.144	(3.531)	14.409	26.700	704	(14)	10.818	(6.022)	1	1	3.644	(203)	1.438.006
Resultado de equivalência patrimonial	38.600	82.554	8.107	6.560	18.868	28.421	563	(27.961)	3.189	(2.177)	101	4.468	2.627	5.099	-	-	(432)	(2.199)	166.388
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	11.157	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.157
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(2.462)	(6.021)	-	-	-	-	-	-	-	(3.150)	(1.765)	(1.600)	-	-	-	-	(14.998)
Lucro não realizado	564	730	-	15	63	58	-	7	-	-	-	(1)	-	(1.507)	-	-	-	-	(71)
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(133)	20	(113)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	31.485	-	-	-	-	-	4.030	-	-	-	2.382	37.897
Saldo em 31 de março de 2009	274.957	505.960	20.722	35.944	172.406	286.423	282.864		17.598	24.523	805	1.303	11.680		1	1	3.079		1.638.266
Resultado de equivalência patrimonial	44.304	85.475	16.890	5.216	20.639	31.263	1.941	(31.624)	1.732	8.640	98	3.491	2.729	3.170	-	-	(420)	1.894	195.438
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	85.500	-	16.008	-	-	-	-	-	-	-	637	102.145
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(131.250)	-	-	-	-	-	-	4.755	-	(695)	(4.100)	(3.650)	(5.500)	-	-	-	-	(140.440)
Lucro não realizado	36	52	-	2	27	8	-	6	-	-	-	-	-	(50)	-	-	-	-	81
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(280)	301	21
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	(31.485)	-	-	-	-	-	2.380	-	-	-	(2.382)	(31.487)
Saldo em 30 de junho de 2009	319.297	460.237	37.612	41.162	193.072	317.694	284.805	22.397	24.085	49.171	208	694	10.759	-	1	1	2.379	450	1.764.024

(*) Para obter o resultado da equivalência informado na controladora, deve-se somar a equivalência das controladas e diminuir o valor do lucro não realizado (R$ 10 em 30/06/09)

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Informações das investidas

	NovaDutra		AutoBAn		ViaLagos		Ponte		RodoNorte		ViaOeste		CPC	
	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09
Capital social	230.769	208.601	218.750	176.162	11.292	11.292	26.662	24.502	107.480	107.480	139.763	139.763	281.349	281.349
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	128.766	128.766	175.000	175.000	35.168	35.168	19.421	19.421	2.149.600	2.149.600	13.976.292	13.976.292	450.081	450.081
Ordinárias	64.383	64.383	175.000	175.000	17.584	17.584	9.711	9.711	716.533	716.533	6.988.146	6.988.146	225.041	225.041
Preferenciais	64.383	64.383	-	-	17.584	17.584	9.711	9.710	1.433.067	1.433.067	6.988.146	6.988.146	225.041	225.041
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	318.698	274.957	459.455	505.960	37.612	20.722	41.146	35.944	224.605	200.660	317.628	286.423	287.682	285.720
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100	85,92	85,92	100	100	99,00	99,00
Participação no patrimônio líquido	318.698	274.957	459.455	505.960	37.612	20.722	41.146	35.944	192.981	172.407	317.628	286.423	284.806	282.864

	RodoAnel		STP		ViaQuatro		Parques		Actua Serviços		Actua Assessoria		EngeLog	
	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09
Capital social	98.000	8.000	25.050	16.358	73.635	46.035	10	10	10	10	10	10	10	10
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	98.000	46.518	22.298	22.298	109.607	109.607	10	10	10	10	10	10	10	10
Ordinárias	49.000	23.259	22.298	-	54.804	54.804	-	-	-	-	-	-	-	-
Preferenciais	49.000	23.259	-	-	54.803	54.803	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	-	-	-	-	10	10	10	10	10	10	10	10
Patrimônio líquido	23.562	(33.142)	62.965	46.005	84.778	42.281	242	937	883	1.304	10.978	11.692	2.804	(4.034)
Participação no capital social, no final do exercício - %	95,00	95,00	38,25	38,25	58,00	58,00	85,92	85,92	99,90	99,90	99,90	99,90	99,90	99,90
Participação no patrimônio líquido	22.384	(31.485)	24.084	17.598	49.171	24.523	208	805	882	1.303	10.967	11.680	2.801	(4.030)

	CPCI		CPCSP		CCR México		CCR USA		Controladora		Consolidado	
	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09
Capital social	1	1	1	1	9.789	9.789	6.876	6.239	791.761	791.761	791.761	791.761
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	1	1	1	1	4.100	4.100	0,30	0,25	403.102	403.102	403.102	403.102
Ordinárias	0,50	0,50	0,50	0,50	-	-	-	-	403.102	403.102	403.102	403.102
Preferenciais	0,50	0,50	0,50	0,50	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	-	-	4.100	4.100	0,30	0,25	-	-	-	-
Patrimônio líquido	1	1	1	1	2.378	3.079	448	(2.382)	1.916.283	1.734.355	1.916.283	1.734.355
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	-	-
Participação no patrimônio líquido	1	1	1	1	2.378	3.079	448	(2.382)	1.916.283	1.734.355	-	-

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o contrato. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item "i"). Tendo ocorrido tal julgamento, a ação retomou seu andamento e encontra-se em fase de instrução.

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada, provisoriamente, até julgamento de todos os recursos interpostos.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da controlada. Em razão disso, os acionistas e a controlada ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004; e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº. 2.462/04.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2008

Desde o ano de 2003, a controlada vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro; tendo sido necessário o ajuizamento de ação para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 e 2004 estão em fase de instrução; as de 2005, 2006 e 2007, tiveram sentenças favoráveis à controlada, com recurso da parte contrária pendente de julgamento e a de 2008, teve liminar deferida favoravelmente à Companhia, estando em fase inicial.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

vi. Ação Civil Pública – pavimento

O Ministério Público de Ponta Grossa ajuizou Ação Civil Pública em 27 de janeiro de 2006, em face da controlada, por supostas irregularidades de pavimento no trecho entre os km 288 e 476, da BR-376, que desatenderiam ao índice de IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada contestou a ação, demonstrando o cumprimento do cronograma de restauração do pavimento. Concedida a liminar requerida pelo MP, a controlada iniciou a realização antecipada, no trecho questionado, de obras previstas no contrato de concessão, enquanto pendente o recurso contra essa decisão. Em audiência de 06 de maio de 2008, as partes pactuaram a suspensão da eventual incidência de multa, mediante novo cronograma de obras.

vii. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R$16.000. A controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. Em dezembro de 2004 o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão. A controlada ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas.

viii. Lei de Isenção

Em 15 de agosto de 2007, foi editada a Lei Estadual nº. 15.607, regulamentada pelo Decreto nº. 1.352, de 21 de agosto de 2007, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio a todos os veículos pertencentes aos moradores de municípios onde estejam localizadas praças de pedágio no Estado do Paraná.

As Concessionárias do Estado impetraram Mandado de Segurança conjunto, tendo sido concedida liminar em 31 de agosto de 2007, para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da concessão de liminar, mas não obteve êxito. A ação foi julgada favoravelmente à controlada em 26 de março de 2009. O governo recorreu da sentença, mas o recurso foi rejeitado em 19 de junho de 2009. Aguardando publicação do acórdão.

ix. Lei de Isenção - motocicletas

Em 10 de dezembro de 2007, foi editada a Lei Estadual nº. 15.722, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná às motocicletas e veículos similares.

A controlada impetrou Mandado de Segurança, tendo sido concedida liminar em 27 de dezembro de 2007 para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da decisão de concessão de liminar, mas não obteve êxito. Em 26 de março de 2009, foi proferida sentença concedendo a segurança e confirmando a liminar deferida. Em 25 de maio de 2009, a sentença transitou em julgado e o processo foi encerrado.

x. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Companhia auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que, foi interposto recurso pela Concessionária e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Em 27 de novembro de 2008, a ação entrou em fase de instrução.

Os acionistas controladores e a administração da controlada reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras da referida controlada e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho desfavorável para nenhum deles.

Os ativos e as receitas líquidas da controlada representam 5,42% e 10,96%, respectivamente, dos valores consolidados.

13 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora			
		30/06/09			31/03/09
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	1.174	(591)	583	330
Máquinas e equipamentos	14	1.725	(1.141)	584	642
Instalações e edificações	6	560	(549)	11	32
Imobilizações em andamento	-	7	-	7	18
		3.466	(2.281)	1.185	1.022

	Taxa média anual de depreciação %	Consolidado			
		30/06/09			31/03/09
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	14.972	(7.384)	7.588	6.960
Máquinas e equipamentos	15	118.036	(66.869)	51.167	51.044
Veículos	19	43.619	(27.677)	15.942	16.494
Desapropriações	5	208.770	(69.324)	139.446	141.812
Instalações e edificações	5	244.571	(99.521)	145.050	146.063
Dispositivos de proteção e segurança	5	203.922	(97.259)	106.663	105.272
Pavimentos	12	1.803.097	(1.089.859)	713.238	731.039
Projetos e investimentos ambientais	5	163.552	(61.670)	101.882	103.388
Obras de arte especiais	5	612.326	(195.901)	416.425	416.303
Obras de arte correntes	5	357.224	(156.198)	201.026	202.028
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	4	30.810	(16.029)	14.781	15.038
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	6	69.227	(19.389)	49.838	48.043
Sinalizações	17	170.515	(132.781)	37.734	38.618
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	5	454.706	(158.671)	296.035	298.922
Obras preliminares e complementares	6	191.746	(89.924)	101.822	104.078
Sistemas operacionais	8	267.489	(159.695)	107.794	111.691
Imobilizado de Rodovias - Renovias	8	176.810	(61.720)	115.090	108.805
Imobilizações em andamento (1)	-	661.833	-	661.833	507.000
Adiantamento para imobilizado	-	91.453	-	91.453	72.265
		5.884.678	(2.509.871)	3.374.807	3.224.863

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) As principais imobilizações em andamento, em 30 de junho de 2009 são as seguintes: na AutoBAn, obras do complexo Anhanguera e implantação de marginais dos Km 92 ao 98; na ViaOeste, implantação de entroncamento do Marmeleiro no Km 63 da SP270, obras do complexo Cebolão, obras no trevo de Jandira e obras na sede da concessionária; na NovaDutra, recuperação, reforço e alargamento de obras de arte especiais, recuperação de terraplenos e implantação de marginal no km 169 a 172,9 sul; no RodoAnel, recuperação de pavimento; na Ponte, recuperação de defensas de concreto dos pilares (dolfins), recuperação de pavimento do vão central e ensaios e inspeções da estrutura; na ViaLagos, recuperação de talude e na ViaQuatro, aquisição de equipamentos.

Movimentação do custo - consolidado

	31/03/09	30/06/09				
	Custo	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Transferências e outros (2)	Custo
Móveis e utensílios	14.074	791	(31)	-	138	14.972
Máquinas e equipamentos	112.705	4.157	(1.129)	-	2.303	118.036
Veículos	43.049	21	(683)	-	1.232	43.619
Desapropriações	208.651	57	(233)	-	295	208.770
Instalações e edificações	242.448	221	-	-	1.902	244.571
Dispositivos de proteção e segurança	207.420	943	-	-	(4.441)	203.922
Pavimentos	1.780.758	16.767	-	-	5.572	1.803.097
Projetos e investimentos ambientais	163.028	111	-	-	413	163.552
Obras de arte especiais	604.022	635	-	-	7.669	612.326
Obras de arte correntes	353.913	461	-	-	2.850	357.224
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	30.810	-	-	-	-	30.810
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	66.485	356	-	(77)	2.463	69.227
Sinalizações	161.408	1.099	(1)	-	8.009	170.515
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	451.743	588	-	-	2.375	454.706
Obras preliminares e complementares	191.498	-	-	-	248	191.746
Sistemas operacionais	267.138	234	(779)	-	896	267.489
Imobilizado de Rodovias - Renovias	167.799	9.011	-	-	-	176.810
Imobilizações em andamento	507.000	186.827	-	-	(31.994)	661.833
Adiantamento para imobilizado	72.265	19.345	-	-	(157)	91.453
	5.646.214	241.624	(2.856)	(77)	(227)	5.884.678

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engelog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(2) Foi transferido R$ 227 do item imobilizações em andamento para o ativo intangível. Os demais valores são relativos a transferências entre contas do ativo imobilizado decorrentes da conclusão de projetos.

Movimentação da depreciação - consolidado

	31/03/09	30/06/09				
	Depreciação	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Transferências e outros	Depreciação
Móveis e utensílios	(7.114)	(294)	24	-	-	(7.384)
Máquinas e equipamentos	(61.661)	(5.961)	753	-	-	(66.869)
Veículos	(26.555)	(1.752)	630	-	-	(27.677)
Desapropriações	(66.839)	(2.554)	69	-	-	(69.324)
Instalações e edificações	(96.385)	(3.136)	-	-	-	(99.521)
Dispositivos de proteção e segurança	(102.148)	(2.388)	-	-	7.277	(97.259)
Pavimentos	(1.049.719)	(40.140)	-	-	-	(1.089.859)
Projetos e investimentos ambientais	(59.640)	(2.030)	-	-	-	(61.670)
Obras de arte especiais	(187.719)	(8.182)	-	-	-	(195.901)
Obras de arte correntes	(151.885)	(4.313)	-	-	-	(156.198)
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	(15.772)	(257)	-	-	-	(16.029)
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	(18.442)	(1.140)	-	193	-	(19.389)
Sinalizações	(122.790)	(2.714)	-	-	(7.277)	(132.781)
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	(152.821)	(5.850)	-	-	-	(158.671)
Obras preliminares e complementares	(87.420)	(2.504)	-	-	-	(89.924)
Sistemas operacionais	(155.447)	(4.854)	606	-	-	(159.695)
Imobilizado de Rodovias - Renovias	(58.994)	(2.726)	-	-	-	(61.720)
	(2.421.351)	(90.795)	2.082	193	-	(2.509.871)

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engelog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

14 Intangível

	Taxa média anual de amortização %	Controladora			
		30/06/09			31/03/09
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	488	(355)	133	133
Ágio - STP (b) (*)	-	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(9.951)	5.357	6.123
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	16.569	(12.274)	4.295	5.216
		42.276	(28.135)	14.141	15.828

	Taxa média anual de amortização %	Consolidado			
		30/06/09			31/03/09
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	26.450	(16.299)	10.151	10.680
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	11.814	(3.741)	8.073	7.965
Ágio - ViaOeste (a)	5,7	251.709	(64.375)	187.334	190.816
Ágio - STP (b) (*)	-	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(9.951)	5.357	6.123
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	-	2.970	(2.970)	-	-
Ágio - CPC – Renovias (e)	7,19	209.209	(16.189)	193.020	196.756
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	16.569	(12.274)	4.295	5.216
		543.940	(131.354)	412.586	421.912

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação do custo - consolidado

	31/03/09	30/06/09		
	Custo	Adições	Transferência (1)	Custo
Direitos de uso de sistemas informatizados	25.990	233	227	26.450
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	11.161	653	-	11.814
Ágio - ViaOeste (a)	251.709	-	-	251.709
Ágio - STP (b)	9.911	-	-	9.911
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	15.308	-	-	15.308
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	2.970	-	-	2.970
Ágio - CPC – Renovias (e)	209.209	-	-	209.209
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	16.569	-	-	16.569
	542.827	886	227	543.940

(1) Valor transferido do ativo imobilizado.

Movimentação da amortização - consolidado

	31/03/09	30/06/09	
	Amortização	Adições	Amortização
Direitos de uso de sistemas informatizados	(15.309)	(990)	(16.299)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.196)	(545)	(3.741)
Ágio - ViaOeste (a)	(60.893)	(3.482)	(64.374)
Ágio - STP (b) (*)	(5.555)	-	(5.555)
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	(9.185)	(766)	(9.951)
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	(2.970)	-	(2.970)
Ágio - CPC – Renovias (e)	(12.453)	(3.736)	(16.189)
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	(11.354)	(920)	(12.274)
	(120.915)	(10.439)	(131.354)

(*) Conforme estipulado na deliberação CVM nº. 565 de 17 de dezembro de 2008, o ágio apurado na controlada em conjunto STP, por esta não ter vida útil definida, deixou de ser amortizado a partir de janeiro de 2009.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os demais ágios têm vida útil definida e por isso continuam sendo amortizados linearmente e são submetidos periodicamente a teste de recuperabilidade.

a. Ágio -ViaOeste

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

b. Ágio - STP

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago as outras concessionárias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

c. Ágio - Parques e RodoNorte

Refere-se ao aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e na Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

d. Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP

Refere-se ao ágio gerado na incorporação da Siga Livre Participações S.A. pela CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., - controlada da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

e. Ágio – CPC – Renovias

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 40% da Renovias Concessionária S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Renovias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

f. Ágio - Aquisição de quinhão consorcial

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques, amortizado até o encerramento do contrato em agosto de 2010. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Financiamentos e empréstimos

		Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimentos	Consolidado 30/06/09	Consolidado 31/03/09
Em moeda nacional								
1.1	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	15 de Janeiro de 2012	35.616	39.039
1.1	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 2,12% a.a.	-	-	-	15 de Fevereiro de 2017	186.799	110.789
1.1	Unibanco - União de Bcos. Bras. S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	15 de Janeiro de 2012	21.370	23.424
1.1	Banco Bradesco S.A. – BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	15 de Janeiro de 2012	14.247	15.616
1.1	Banco ABN Amro Real S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	15 de Janeiro de 2012	7.123	7.808
1.2	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	15 de Novembro de 2010	37.406	43.981
1.6	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7% a.a.	-	-	-	15 de Outubro de 2013	1.780	1.419
1.7	Unibanco - União de Bcos. Bras. S.A. e Banco Bradesco S.A.	TJLP + 3% a.a.	-	-	-	15 de Maio de 2012	4.540	4.932
1.8	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 4,3% a.a.	-	-	-	15 de Abril de 2011	761	865
1.9	Banco Bradesco BBI S.A	CDI + 1,18% a.a.	0,9503% (a)	814	213	10 de Outubro de 2009	332.228	239.373
1.9	Banco Santander S.A.	CDI + 1,18% a.a.	0,9503% (a)	567	213	10 de Outubro de 2009	332.228	119.580
1.9	Banco ABN Amro Real S.A.	CDI + 1,18% a.a.	0,9503% (a)	407	-	13 de Abril de 2009	-	119.580
1.9	Banco Alfa de Investimentos S.A.	CDI + 1,25% a.a.	-	-	-	20 de Maio de 2009	-	104.694
1.9	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDI + 1,25% a.a.	-	-	-	20 de Maio de 2009	-	104.854
1.9	Banco Société Générale Brasil S.A.	CDI + 1,25% a.a.	-	-	-	20 de Maio de 2009	-	52.375
1.9	Banco UBS Pactual S.A.	CDI + 1,25% a.a.	-	-	-	20 de Maio de 2009	-	384.919
1.9	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 2,10% a.a.	0,6714% (a)	109	90	16 de Novembro de 2009	32.819	33.733
1.9	Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 2,10% a.a.	0,6714% (a)	2.063	1.719	16 de Novembro de 2009	623.544	-
1.10	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,72% a.a.	-	-	-	15 de Dezembro de 2011	17.949	19.733
1.10	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 0,275% a.m.	-	-	-	17 de Junho de 2011	6.568	7.156
1.10	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 5,3% a.a.	-	-	-	15 de Julho de 2009	2	7
Subtotal moeda nacional							1.654.980	1.433.877
Em moeda estrangeira								
1.2	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	Cesta de moedas + 5% a.a.	-	-	-	15 de Janeiro de 2011	3.100	4.289
1.3	Banco do Brasil S.A.	Iene + 5,8225% a.a.	-	-	-	20 de Agosto de 2010	79.111	88.905
1.4	Banco ABN Amro Real S.A.	US$ + 6,13%	-	-	-	14 de Julho de 2009	28.908	34.058
1.4	Banco ABN Amro Real S.A.	US$ + 6,13%	-	-	-	14 de Julho de 2009	22.717	26.763
1.5	HSBC Bank S.A.	US$+5,05% a.a. e US$+5,9%a.a.	-	-	-	11 de Maio de 2009	-	69.838
1.11	Inter-American Development Bank - BID	ABR-Prime + 1,9% a.a. a 2,5% a.a.	2,2009% (a)	8.631	8.442	15 de Fevereiro de 2020	78.965	96.643
1.11	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 2,2% a.a. a 2,8% a.a.	2,2009% (a)	2.437	2.383	15 de Fevereiro de 2023	23.011	27.861
Subtotal moeda estrangeira							235.812	348.357
Total de financiamentos e empréstimos							1.890.792	1.782.234
Circulante								
Financiamentos e empréstimos							1.448.885	1.363.515
Custo da transação							(3.426)	(1.183)
Total							1.445.459	1.362.332
Não circulante								
Financiamentos e empréstimos							454.967	429.095
Custo da transação							(9.634)	(9.193)
Total							445.333	419.902

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Consolidado	
	30/06/09	**31/03/09**
2010	118.666	146.964
2011	78.790	64.966
2012	46.180	30.200
2013	140.535	66.862
Após 2013	70.796	120.103
Total	454.967	429.095

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Empréstimos e Financiamentos

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1.1 AutoBAn

Em 10 de julho de 2000, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R$ 220.000, sendo parte direto com o BNDES e outra parte com repasse junto aos bancos Bradesco, Unibanco e Sudameris (ABN Amro Real).

Sobre o principal da dívida incidem juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 105 prestações mensais, entre 15 de maio de 2003 e 15 de janeiro de 2012.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas financeiras delas decorrentes;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela controlada;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias em 30 de junho de 2009 é de R$ 119.500.
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 01 de abril e 01 de junho de cada ano e/ou 01 de outubro e 01 de dezembro de cada ano;
- A controlada está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentem, cumulativamente, no mínimo os seguintes índices:
  - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
    - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
    - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
  - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

A controlada também possuía contratos de financiamento junto ao BID e IFC, que foram liquidados, antecipadamente, em 11 de maio 2006. Entretanto, mantém-se a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2010, juros adicionais de 10% da receita (2,42% ao IFC, 3,49% ao BID e 4,09% ao BNDES) sobre o excedente do volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento.

Os juros adicionais correspondentes aos anos de 2004 à 2007 foram de R$ 6.963, cujo pagamento foi feito entre outubro de 2008 a março de 2009. O valor referente ao ano de 2008 foi R$ 7.062, pago neste trimestre de 2009.

Em virtude de mudanças significativas da estrutura das operações, em relação à época de assinatura do contrato, a controlada entrou em processo de negociação com os financiadores sobre a forma de cálculo dos juros adicionais, cuja formalização foi finalizada em outubro de 2008.

A controlada possui provisionado em 30 de junho de 2009, o montante de R$ 3.363 (R$ 8.086 em 31 de março de 2009) para o cumprimento dessa obrigação.

Em 05 de fevereiro de 2009, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito, no valor total de R$ 267.353 com o BNDES. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,12% a.a. mais TJLP.

O principal será amortizado em 72 parcelas mensais a partir do dia 15 de março de 2011, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. A partir de 15 de março de 2011 os juros serão pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Em 27 de fevereiro de 2009 foi liberada a primeira parcela do financiamento, no valor de R$ 110.000 e, em 25 de maio de 2009, foi liberada a segunda parcela do financiamento, no valor de R$ 75.000.

As principais garantias e cláusulas restritivas desse contrato de financiamento são as seguintes:

- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas delas decorrentes;
- Penhor de todas as ações emitidas pela controlada;
- Manter, durante a vigência do Contrato, o seguinte índice apurado trimestralmente: (Patrimônio Líquido + Dividendos a Pagar) / Ativo Total: igual ou maior que 20% (vinte por cento).

1.2 RodoNorte

Em 01 de novembro de 2001, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito, no valor total de R$ 169.301, dividido em subcréditos A e B, com valores respectivos de R$ 16.930 e R$ 152.371, junto ao BNDES.

Sobre o principal da dívida no subcrédito A incide taxa de juros de 5% a.a., acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES, na captação de recursos em moeda estrangeira no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. A exigibilidade dos juros é mensal.

Sobre o principal da dívida no subcrédito B incide juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal do subcrédito A será em 84 prestações mensais, entre 15 de fevereiro de 2004 e 15 de janeiro de 2011. Para o subcrédito B, também será em 84 prestações mensais, entre 15 de dezembro de 2003 e 15 de novembro de 2010.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Caução das ações emitidas pela controlada representativa de 99,99% de seu capital social;

- Caução e cessão de 100% das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Cessão dos direitos e benefícios decorrentes de todas as apólices e contratos de seguro;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BNDES e do Agente Fiduciário, qualquer dívida exceto as abaixo listadas: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com os Patrocinadores; (ii) empréstimo de capital de giro que não excedam o montante de R$ 10.000 e; (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de mudanças no escopo dos investimentos até o limite de R$ 30.000.
- Não distribuir dividendos antes da Conclusão Técnica e Financeira do Projeto e do atingimento de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,3.
- Manter em conta reserva o equivalente a 12 meses do serviço da dívida projetada ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. Em 30 de junho de 2009 o montante de fiança bancária é de R$ 66.000.

Em 27 de dezembro de 2007 a RodoNorte obteve a Conclusão Técnica e Financeira do Projeto, e a partir daquela data está livre para distribuir dividendos aos acionistas.

1.3 ViaLagos

Em 05 de setembro de 2007 a controlada firmou contrato de empréstimo no valor de R$ 68.000 junto ao Banco do Brasil S.A., com vencimento em parcela única em 20 de agosto de 2010 e com encargos financeiros de 5,8225% a.a.. Foi realizada uma operação de hedge (swap) com taxa de 103,20% do CDI, vinculada a este empréstimo.

Em 29 de agosto de 2008, o empréstimo e a operação de swap vinculada foram parcialmente liquidados pelos seus valores atualizados.

1.4 Ponte

Em 14 de julho de 2008 a controlada firmou 2 contratos de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A., com vencimento para 14 de julho de 2009 e encargos financeiros de 6,3713% a.a., nos montantes de US$ 13.999 mil e US$ 11.001 mil, e contratou hedge (swap) às taxas de 109,70% da variação do CDI, respectivamente.

Em 14 de julho de 2009 estes contratos foram prorrogados para 09 de julho de 2010, com juros de 3,19% a.a. e alterada a taxa do hedge para 123,50% da variação do CDI.

1.5 CCR-USA, LLC

Em 16 de novembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US$ 26.500 mil, com encargos financeiros de 5,05% a.a., com a finalidade de integralização de capital na concessionária Northwest Parkway, em Denver, Estados Unidos da América.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 20 de dezembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US$ 1.700 mil, com encargos financeiros de 5,90% a.a., com a finalidade de complementar a integralização de capital na concessionária Northwest Parkway e reforço do capital de giro.

Por se tratar de operações realizadas nos Estados Unidos da América não foram contratados hedges para estes empréstimos.

Estes empréstimos foram liquidados em 04 de maio de 2009.

1.6 FINAME com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP

Em 01 de julho de 2008, a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R$ 421, destinado à compra de caminhões e cesta aérea . A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2008 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

Em 02 de julho de 2008, a controlada RodoNorte firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R$ 706, destinado à compra de caminhões e cesta aérea . A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2008 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

Em 04 de agosto de 2008, a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R$ 186, destinado à compra de caminhões e cesta aérea . A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2008 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

Em 10 de outubro de 2008, a controlada NovaDutra firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R$ 453, destinado à compra de equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2008 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

1.7 FINAME com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP

Em 28 de junho de 2007, a controlada RodoNorte firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no montante total de R$ 2.432, destinado à compra de caminhões, guinchos e ambulâncias. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de agosto de 2008 e 15 de julho de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2007 e 15 de julho de 2008, e mensalmente no período de amortização.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 03 de abril de 2007 e em 16 de abril de 2007 a controlada ViaOeste firmou três contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no valor total de R$ 1.160, destinado à compra de caminhões e equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de maio de 2008 e 15 de maio de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2007 e 15 de abril de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 08 e 30 de novembro de 2006 e em 06 de julho e 31 de agosto de 2007, a controlada Nova Dutra firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, Ford Credit e Unibanco, no valor total de R$ 2.920, destinados à compra de caminhões, ambulâncias e plataforma de auto-socorro. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerão entre 15 de fevereiro de 2007 e 15 de maio de 2012.

1.8 FINAME com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP

Em 12 de abril de 2006, a controlada ViaOeste firmou dois contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no valor total de R$ 1.836, destinado à compra de caminhões e guinchos. A amortização do principal se dará em cinquenta e quatro parcelas mensais, entre 15 de novembro de 2006 e 15 de abril de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2006 e 15 de abril de 2011, e mensalmente no período de amortização.

1.9 RodoAnel

Nas datas de 01 de outubro de 2008, 03 de novembro de 2008, 11 de março de 2009 e 23 de abril de 2009, a controlada firmou contratos de coordenação, colocação e distribuição pública de notas promissórias comerciais da segunda, terceira, quarta e quinta emissões, respectivamente.

A segunda emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos Bradesco, Santander e ABN, totalizando o valor da oferta em R$ 460.000, equivalente a 80 notas promissórias, no valor de R$ 5.750 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 4 notas promissórias (R$ 23.000) garantidas por aval da Encalso Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 76 notas promissórias (R$ 437.000), garantidas por aval da CCR. Sobre os valores das mesmas, incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,18% a.a. Essa emissão foi liquidada, em sua totalidade, em 13 de abril de 2009.

A terceira emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos ABC Brasil S/A e UBS Pactual S/A, totalizando o valor da oferta em R$ 650.000, equivalente a 1.300 notas promissórias, no valor de R$ 500 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 65 notas promissórias (R$ 32.500) garantidas por aval da Encalso Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 1.235 notas promissórias (R$ 617.500) garantidas por aval da CCR. Sobre os valores das mesmas, incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,25% a.a. Essa emissão foi liquidada, em sua totalidade, em 20 de

maio de 2009.

A quarta emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos Bradesco BBI S/A e Santander S/A, totalizando o valor da oferta em R$ 650.000, equivalente a 80 notas promissórias, no valor de R$ 8.125 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 4 notas promissórias (R$ 32.500) garantidas por aval da Encalso Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 76 notas promissórias (R$ 617.500) garantidas por aval da CCR. Sobre os valores das mesmas, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,18% a.a., sendo paga integralmente da data de vencimento. O vencimento dessa emissão será em 10 de outubro de 2009.

A quinta emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos Itaú BBA S/A e ABC Brasil S/A, totalizando o valor da oferta em R$ 650.000, equivalente a 520 notas promissórias, no valor de R$ 1.250 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 26 notas promissórias (R$ 32.500) garantidas por aval da Encalso Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 494 notas promissórias (R$ 617.500) garantidas por aval da CCR. Sobre os valores das mesmas incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 2,10% a.a., sendo paga integralmente da data de vencimento. O vencimento dessa emissão será em 16 de novembro de 2009.

1.10 CPC - Renovias

Em 04 de dezembro de 2006, a controlada em conjunto Renovias firmou novo contrato de abertura de crédito, sendo este de nº. 06.2.0877.1 junto ao BNDES, no valor total de R$ 53.202.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,72% a.a. mais TJLP, com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de dezembro, março, junho e setembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2006 e 15 de dezembro de 2008 e, mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2009, inclusive.

A amortização do principal será paga em trinta e seis prestações mensais e sucessivas, entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de dezembro de 2011.

As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Renovias;
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte;
- Manter em conta reserva o equivalente a duas vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante 30 meses do

prazo de amortização e manter o valor equivalente à última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante os últimos seis meses do contrato. Em 30 de junho, o saldo da conta reserva é de R$ 3.880, valor suficiente para o contrato nº. 06.2.0877.1.

- Seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio, na hipótese de interrupção de sua arrecadação, com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquia aceitável pelo BNDES;
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado;
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, excluindo, para efeito do cálculo, o valor lançado com ônus fixo da concessão constante do passivo total, e
- Não contratar empréstimo de curto prazo, inclusive as renovações dos contratos já firmados após a celebração do contrato nº. 06.2.0877.1, cujo valor acumulado supere R$ 3.500, com data base de 10 de março de 1999, reajustado na mesma forma e nas mesmas épocas do reajuste da tarifa, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

Em 13 de julho de 2006, a controlada em conjunto Renovias firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R$ 26.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A.

Sobre o principal da dívida incidem juros calculados pela Taxa DI-Cetip Over, divulgada pela CETIP, acrescida de 0,275% ao mês.

A amortização do principal será paga em cinquenta e nove prestações mensais e sucessivas, entre 17 de agosto de 2006 e 17 de junho de 2011.

A principal garantia e cláusula restritiva deste contrato de financiamento é a cessão fiduciária dos direitos de crédito perante a CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S/A e o Banco Itaú S/A, ("Devedores dos Recebíveis").

1.11 ViaQuatro

Em 7 de outubro de 2008, a controlada ViaQuatro contratou financiamento de longo prazo, no valor total de US$ 368.700 mil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido:

- Empréstimo BID A (Fase I):
  - Valor: US$ 69.200 mil;
  - Prazo total: 15 anos;

– Custo:

Libor +2,20% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
Libor +2,50% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
Libor +2,80% a.a.: a partir do início da operação da Fase II.

- Empréstimo BID A (Fase II):
  - Valor: US$ 59.500 mil;
  - Prazo e custo: condições de mercado no momento da Fase II.

- Empréstimo BID B (somente Fase I):
  - Valor: US$ 240.000 mil;
  - Prazo total: 12 anos;
  - Custo:

Libor +1,90% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
Libor +2,20% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
Libor +2,50% a.a.: a partir do início da operação da Fase II;

Os montantes são creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes. Estão sendo negociados hedges de acordo com as disposições previstas no contrato de financiamento, a saber:

- Hedge de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após esta data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento.

- Hedge de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado, caso a taxa a termo do dólar de março de 2010, esteja acima de R$ 2,40. Após a entrega das obras de infraestrutura, deverá ser efetuado hedge de 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principal (2 anos).

De acordo com as condições estipuladas no Contrato de Financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa em substituição a Libor quando:

- Em razão de circunstância que afetam o mercado, meios adequados e razoáveis não existam para identificar a Libor na data de apuração da taxa de juros em questão;

- Os participantes necessários determinarem e notificarem o BID, por escrito, que a Libor não refletirá de modo adequado e justo o custo para os participantes.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada em conjunto;

- Cessão fiduciária dos direitos e créditos da controlada, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias da controlada em conjunto;

- Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do Contrato de Concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;

- Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação ou propriedade da controlada, a não ser aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento;

- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com a CCR/os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R$ 7.500;

- Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;

- Manter em conta reserva o equivalente a 6 (seis) meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor;

- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de Conclusão do Projeto da Fase I;

- Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, após a Conclusão do Projeto, se as suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou suas demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, o seguinte índice:

    - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Debêntures

		Taxas contratuais	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimentos	Controladora 30/06/09	Controladora 31/03/09	Consolidado 30/06/09	Consolidado 31/03/09
1.1	Série única	IGP-M + 11% a.a.	11,2495% (a)	886	26	Maio de 2010	-	-	26.272	57.088
1.2	Série 1	IGP-M + 9,5% a.a.	10,0164% (a)	1.468	63	Julho de 2010	-	-	23.209	49.945
1.2	Série 2	IGP-M + 9,5% a.a.	10,0164% (a)	1.469	102	Julho de 2010	-	-	30.291	29.697
1.3	Série única	105% do CDI	0,2388% (b)	1.600	223	Março de 2011	77.399	75.460	77.399	75.460
1.3	Série única	100% do CDI +1,6% a.a.	0,3499% (b)	1.046	262	Setembro de 2009	330.506	321.317	330.506	321.317
1.3	Série única	14,75% a.a.	15,5213% (a)	17.531	17.047	Dezembro de 2018	483.226	500.190	483.226	500.190
1.4	Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8793% (a)	877	424	Abril de 2014	-	-	100.395	98.315
1.4	Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8759% (a)	877	421	Outubro de 2013	-	-	126.830	124.149
1.4	Série 3	103,3% do CDI	1,1846% (b)	2.809	849	Abril de 2012	-	-	274.909	268.264
1.5	Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (a)	3.676	2.182	Julho de 2015	-	-	221.874	247.577
1.5	Série 2	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (b)	2.427	1.553	Julho de 2015	-	-	158.257	196.111
1.5	Série 3	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (b)	2.427	1.519	Janeiro de 2015	-	-	187.670	184.890
Total							891.131	896.967	2.040.838	2.153.003
Circulante										
Debêntures							371.162	377.566	635.265	657.680
Custo da transação							(1.638)	(1.879)	(4.043)	(4.448)
Total							369.524	375.687	631.222	653.232
Não circulante										
Debêntures							537.500	537.500	1.430.244	1.521.268
Custo da transação							(15.893)	(16.220)	(20.628)	(21.497)
Total							521.607	521.280	1.409.616	1.499.771

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09
2010	-	-	179.827	225.516
2011	37.500	37.500	243.208	265.361
2012	-	-	169.755	182.959
2013	-	-	133.802	138.055
Após 2013	500.000	500.000	703.652	709.377
Total	537.500	537.500	1.430.244	1.521.268

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.1 RodoNorte

Em 1° de maio de 2001, a controlada emitiu trezentos e quarenta debêntures nominativas escriturais, com garantias reais, de série única, com valor nominal de emissão de R$ 85.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 14 de novembro de 2001, no valor total atualizado monetariamente de R$ 96.170, com deságio de 4,98%, que foi registrado como despesas pagas antecipadamente.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em taxa de juros de 11% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado, que será pago em nove parcelas anuais, entre 1º de maio de 2002 e 1º de maio de 2010.

A amortização do principal ocorre em sete parcelas anuais, entre 1º de maio de 2004 e 1º de maio de 2010. A primeira parcela, no valor correspondente a 10% do valor nominal, na data de emissão e as demais, no valor correspondente a 15% do valor nominal, também na data de emissão.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à caução de 99,99% das ações representativas de seu capital social até a amortização final; caução das receitas decorrentes da exploração das rodovias, cessão de indenização dos seguros contratados, caução das contas bancárias vinculadas e aplicações financeiras e cessão da indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Essas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.2 da nota explicativa nº.15.

1.2 NovaDutra

Em 1º de julho de 2004, a controlada emitiu dezoito mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em duas séries de nove mil debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 16 de agosto de 2004, no valor total de R$ 185.425.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em juros de 9,5% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
  - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2006 e 1º de julho de 2010;
  - Juros: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2005 e 1º de julho de 2010.
- Segunda série:
  - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2007 e 1º de janeiro de 2010;
  - Juros: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2010.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes e respectivas aplicações financeiras detidas pela emissora, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão e manter em conta reserva o equivalente a 06 meses de serviço da dívida projetada ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. Em 30 de junho de 2009, o montante de fiança bancária é de R$ 34.700.

Os bens e direitos permanecerão empenhados até o cumprimento das obrigações assumidas pela controlada na escritura de emissão e nos contratos de financiamento junto ao BNDES.

Essas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.2 da nota explicativa nº.15.

1.3 CCR

- Em 1° de março de 2005, a Companhia emitiu quinze mil debêntures nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal total de emissão de R$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 4 de abril de 2005, no valor total de R$ 152.733.

  A remuneração das debêntures é baseada em 105% da variação do CDI, paga semestralmente a partir da data de emissão.

  O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 1º de março de 2008 e 1º de março de 2011.

- Em 26 de setembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações, da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R$ 300.000.

  A remuneração da debênture é baseada em 100% da variação do CDI e spread de 1,60% a.a.

  O valor nominal da debênture será pago em parcela única, com vencimento em 26 de setembro de 2009.

- Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações, da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R$ 500.000.

  A remuneração da debênture é baseada em juros de 14,75% a.a.

  O valor nominal atualizado da debênture e os juros serão pagos da seguinte maneira:

  - Amortização: parcelas anuais, entre 29 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2018;

- Juros: parcelas semestrais, entre 29 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2018.

A Debênture poderá ser resgatada antecipadamente, a critério da emissora, desde que verificados cumulativamente: (i) prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de emissão e (ii) ocorrência da Comprovação dos Investimentos nos termos e condições descritos na escritura de debênture.

1.4 AutoBAn

Em 1° de abril de 2006, a controlada emitiu cinquenta e uma mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de nove mil e oitocentas debêntures cada uma e a terceira série de trinta e uma mil e quatrocentas debêntures, com valor nominal total de emissão de R$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R$ 533.883.

As debêntures da primeira e da segunda série terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada em 103,3% do CDI.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
  - Amortização: seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;
  - Juros: anualmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014.
- Segunda série:
  - Amortização: cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;
  - Juros: anualmente entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013.
- Terceira série:
  - Amortização: sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012.
  - Juros: vencimentos semestrais, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao Agente Fiduciário.

1.5 ViaOeste

Em 1° de julho de 2007, a controlada emitiu sessenta e cinco mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de vinte e oito mil debêntures e a segunda e a terceira séries de dezoito mil e quinhentas debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1° de agosto de 2007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada em 104,5% do CDI a.a., enquanto que as das segunda e terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as listadas: (i) dívidas subordinadas, (ii) empréstimos de capital de giro que não excedam o valor do principal total de R$ 50.000, (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de investimentos não previstos no Contrato de Concessão, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão e (iv) outras dívidas, desde que: (a) aprovadas em Assembléia Geral de Debenturistas por maioria simples das Debêntures em circulação e (b) seja observado o limite estabelecido no item “a”, parágrafo primeiro do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
    - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;

- Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
  - Dívida líquida = dívida relacionada à emissão das debêntures e outras dívidas financeiras permitidas – o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
  - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.

17 Plano de incentivo de longo prazo

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo, tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

Esse plano está baseado na venda a determinados colaboradores, escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UI´s.

Cada UI é um instrumento patrimonial que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor ("UVV"). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (UVV no resgate – UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (vesting), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem dois Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 1 aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2005 e o Plano 2 no ano de 2007. Cada plano possui seus respectivos Programas.

Caso o contemplado tenha seu vínculo empregatício encerrado com a CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVV's. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o beneficiário perde todos os seus direitos ao resgate de UI's ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos beneficiários do Plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo Programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs imediatamente ao término do período de vesting, podendo o beneficiário, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo Programa. Ao final de cada Programa, as UI´s serão automaticamente resgatadas.

A criação de cada Programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração (CAD). A conquista de um Novo Negócio também poderá ensejar a criação de um Programa específico.

A criação de novos Planos e seus respectivos Programas estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Não ocorreram no período referente a essas informações trimestrais, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos Planos ou Programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

Em virtude dos contemplados dos Programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UI´s, durante o período a que estas informações trimestrais se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, levando-se em conta os respectivos períodos de *vesting*. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R$ 609 no 1º semestre de 2009.

A prática contábil anterior da Companhia consistia em reconhecer mensalmente, de maneira proporcional, o montante máximo de UI´s resgatáveis no exercício seguinte, levando-se em conta o valor intrínseco estimado da UVV de resgate. A partir do encerramento do exercício de 2008, passou-se a adotar o provisionamento durante o período de vesting, apurando-se o valor justo dos montantes relativos ao plano de incentivo, bem como divulgação detalhada de seus critérios. O saldo, nesse sentido, em 30 de junho de 2009 era de R$ 10.572 (R$ 14.674 em 31 de março de 2009).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS — 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Saldo Total em 31.03.09			Saldo Prov. c/ Passivo em 31.03.09			Outorga entre 01.04 e 30.06.2009			Canceladas entre 01.04 e 30.06.09		
		Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 31.12.08	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 31.12.08	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 31.12.08	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 30.06.09	Total
Plano 1	Programa 1 (2005)	49.534	52,96	2.623	49.534	52,96	2.623	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa 2 (2005)	58.837	57,38	3.376	58.837	57,38	3.376	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa NN (2005)	33.964	59,41	2.018	33.964	59,41	2.018	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa 3 (2006)	67.431	49,30	3.325	67.431	49,30	3.325	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 4 (2007)	377.464	12,87	4.858	209.222	12,13	2.538	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 5 (2008)	336.843	12,82	4.320	91.503	11,12	1.018	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 6 (2009)	-	-	-	-	-	-	250.200	10,78	2.698			
	Custo aquisição UI's	-	-	(224)	-	-	(224)	-	-	(38)	-	-	-
	Total	924.073		20.296	510.491		14.674	250.200		2.660	-		-

		Exercidas entre 01.04 e 30.06.09			Saldo Total em 30.06.09			Exercíveis em junho de 2010			Saldo Prov. c/ passivo em 30.06.09		
		Quantidade de UI's	Valor de resgate da UI (R$)	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 30.06.09	Total	Quantidade de UI's	VJU (R$) em 30.06.09	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 30.06.09	Total
Plano 1	Programa 1 (2005)	49.534	58,10	2.878	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa 2 (2005)	5.752	58,10	334	53.085	54,41	2.888	53.085	54,41	2.888	53.085	54,41	2.888
Plano 1	Programa NN (2005)	4.590	58,10	267	29.374	54,41	1.598	29.374	54,41	1.598	29.374	54,41	1.598
Plano 1	Programa 3 (2006)	7.084	39,94	283	60.347	45,78	2.763	37.870	41,30	1.564	60.347	45,78	2.763
Plano 2	Programa 4 (2007)	-	-	-	377.464	11,16	4.212	125.822	8,49	1.068	253.449	10,72	2.717
Plano 2	Progrma 5 (2008)	-	-	-	336.843	11,06	3.725	-	-	-	88.963	9,38	835
Plano 2	Programa 6 (2009)	-	-	-	250.200	10,78	2.698	-	-	-	-	-	-
	Custo aquisição UI	-	-	(33)	-	-	(229)	-	-	(79)	-	-	(229)
	Total	66.960		3.729	1.107.313		17.655	246.151		7.039	485.217		10.572

VJUMP (R$) = Valor Justo Unitário Médio Ponderado em Reais
VJU (R$) = Valor Justo Unitário em Reais
Totais em milhares

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Critérios de apuração de dados utilizados no modelo de avaliação		Dados
Preço corrente	Preço corrente da UVV com base em números realizados.	R$ 111,12 para os programas do Plano 1 e R$ 30,35 para os programas do Plano 2
Preço de exercício	Preço da UVV de resgate, com correções futuras estimadas, ambos de acordo com os critérios mencionados acima.	Para os programas 2 e NN1, R$ 55,43 para 2010
		Para o programa 3, R$ 74,50 para 2010, R$ 77,89 para 2011
		Para o programa 4, R$ 25,55 para 2010, R$ 26,71 para 2011 e R$ 27,90 para 2012
		Para o programa 5, R$ 31,26 para 2011, R$ 32,65 para 2012 e R$ 34,09 para 2013
		Para o programa 6, R$ 32,31 para 2012, R$ 44,97 para 2013 e R$ 43,67 para 2014
Tempo	Prazo decorrido entre a data base desta informação trimestral e prazo de resgate da tranche de cada Programa, conforme informado acima.	360 dias para os resgates de 2010 e 360 dias adicionais para cada ano seguinte
Volatilidade esperada	Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre 01.01.2003 até a data base desta informação trimestral.	2,65% a.d.
Dividend Yield	Logaritmo natural da média histórica anual entre 2003 e a data base desta informação trimestral.	3,43% a.a.
Taxa de juros livre de risco	Logaritmo natural da estimativa na data base desta informação do CDI para os períodos em análise obtida no site do Banco Central do Brasil.	8,50% (2009), 7,50% (2010), 7,25% (2011), 7,50% (2012), 7,00% (2013) e 7,50% (2014)
Expectativa de cancelamento	Taxa histórica de cancelamento de UI´s até a data base de apuração desta informação trimestral.	2,21%
Expectativa de postergação de resgate	Taxa histórica de postergamento de resgate de UI´s até a data base de apuração desta informação trimestral.	55,59% no primeiro ano e 47,28% no segundo ano
Expectativa de exercício antecipado	As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado.	
Modelo utilizado na avaliação	Black-Scholes-Merton	

18 Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09
Circulante				
PIS, COFINS E CSLL Retidos	66	72	2.663	2.776
PIS	-	-	7.049	7.532
COFINS	-	-	28.534	28.503
ISS	32	34	15.319	14.532
IRRF	-	-	864	2.036
Outros	114	84	3.518	3.279
	212	190	57.947	58.658

Não circulante				
COFINS	-	-	15.688	18.726
PIS	-	-	6.223	7.336
CSLL	-	-	886	1.078
IRPJ	-	-	146	216
	-	-	22.943	27.356

Em fevereiro de 2006, a AutoBAn e a NovaDutra obtiveram o deferimento do parcelamento solicitado em 29 de dezembro de 2005, sobre a majoração da alíquota do PIS e COFINS. O parcelamento foi deferido em sessenta parcelas, com pagamento da primeira parcela em 31 de março de 2006, sendo as mesmas atualizadas mensalmente pela variação da Selic.

Em maio de 2008, a AutoBAn obteve junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional o deferimento de parcelamento de passivos contingentes decorrentes de alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e de majoração da alíquota de COFINS, de 2% para 3%, referente ao período de março de 1999 a setembro de 2000. Esse parcelamento foi concedido em sessenta parcelas, atualizadas mensalmente, pela variação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

19 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/09	**31/03/09**	**30/06/09**	**31/03/09**
Circulante				
Comissões a pagar	-	-	3.363	8.086
Receitas acessórias a apropriar	-	-	8.680	11.716
Verbas contratuais	-	-	4.530	6.081
Indenizações a pagar	-	-	3.608	3.608
Seguros a pagar	-	-	3.825	2.635
Outros	73	74	3.424	4.124
	73	74	27.430	36.250
Não circulante				
Receitas acessórias a apropriar	-	-	2.592	2.670
Outros	899	899	899	899
	899	899	3.491	3.569

20 Provisão para contingências - consolidado

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	30/06/09	31/03/09
Circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	40	96
Trabalhistas e previdenciárias	1.658	1.410
	1.698	1.506
Não circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	7.448	6.473
Trabalhistas e previdenciárias	594	579
Tributárias	23	22
	8.065	7.074

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 194.283, em 30 de junho de 2009 (R$ 194.337 em 31 de março de 2009), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas às questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança, em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas informações trimestrais.

Além de efetuarem depósitos judiciais, as controladas NovaDutra, AutoBAn, RodoNorte, ViaOeste, Ponte e ViaLagos contrataram fianças bancárias no montante de R$ 107.552 para os processos em andamento.

21 Arrendamento mercantil operacional - consolidado

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos 30/06/09	Pagamentos futuros mínimos 31/03/09
Até um ano	2.292	3.559
Acima de um ano e até cinco anos	31	176

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto operam com 388 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto reconheceram basicamente na rubrica de Materiais, Equipamentos e Veículos os seguintes valores de despesas com operações de arrendamento mercantil operacional:

	30/06/09	30/06/08
Despesas com arrendamento mercantil operacional	3.774	3.071

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado é de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 403.101.800 ações ordinárias.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

  É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

  É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

c. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 15 de abril de 2009, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R$ 141.085, correspondente a R$ 0,35 por ação, relativo aos lucros do exercício de 2008, os quais foram registrados no passivo circulante. Desse montante, foram pagos em 29 de abril de 2009 R$ 100.775, correspondente a R$ 0,25 por ação.

23 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como hedges exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de hedge para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vincendos nos próximos 12 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento, a exemplo do BID para a ViaQuatro.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora							
	30/06/09				31/03/09			
	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	591.008	-	591.008	-	723.922	-	723.922
Passivos								
Debêntures		-	(891.131)	(891.131)		-	(896.967)	(896.967)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(3.405)	(3.405)	-	-	(3.400)	(3.400)
Total	-	591.008	(894.536)	(303.528)	-	723.922	(900.367)	(176.445)

	Consolidado							
	30/06/09				31/03/09			
	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	829.008	-	829.008	-	1.043.447	-	1.043.447
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	1.643	-	1.643	-	14.096	-	14.096
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	112.099	112.099	-	-	100.030	100.030
Contas a receber com operações de hedge	15.661	-	-	15.661	39.883	-	-	39.883
Passivos								
Empréstimos em moeda nacional	-	-	(1.327.387)	(1.327.387)	-	-	(1.166.264)	(1.166.264)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(130.736)	(130.736)	-	-	(219.564)	(219.564)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(327.593)	(327.593)	-	-	(267.613)	(267.613)
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	(105.076)	(105.076)	-	-	(128.793)	(128.793)
Debêntures	-	-	(2.040.838)	(2.040.838)	-	-	(2.153.003)	(2.153.003)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(193.322)	(193.322)	-	-	(160.750)	(160.750)
Contas a pagar de operações de hedge	(730)	-	-	(730)	(558)	-	-	(558)
Total	14.931	830.651	(4.012.853)	(3.167.271)	39.325	1.057.543	(3.995.957)	(2.899.089)

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	Controladora				Consolidado			
	30/06/09		31/03/09		30/06/09		31/03/09	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	591.008	591.008	723.922	723.922	829.008	829.008	1.043.447	1.043.447
Conta reserva	-	-	-	-	1.643	1.643	14.096	14.096
Contas a receber	-	-	-	-	112.099	112.099	100.030	100.030
Fornecedores e Outras contas a pagar	3.405	3.405	3.400	3.400	193.322	193.322	160.750	160.750
Empréstimos (*)	-	-	-	-	1.460.358	1.471.343	1.386.209	1.391.890
Debêntures (*)	908.662	896.553	915.066	900.126	2.065.509	2.066.682	2.178.948	2.171.709
Financiamentos (*)	-	-	-	-	443.494	443.494	406.400	406.400

(*) Os valores estão brutos dos custos de transação

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – São definidos como ativos disponíveis para venda. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- **Contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** – São classificadas como mantidas até o vencimento e mensuradas pelo método do custo amortizado.
- **Debêntures –** São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registradas pelo método do custo amortizado. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação e tem volume insignificante de transações em um mercado secundário, não proporcionando, de acordo com entendimento da Administração da Companhia, informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA.
- **Empréstimos –** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado. Esta classificação foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação e no entendimento da Administração, os valores mensurados ao custo amortizado refletem a informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, os empréstimos tiveram seus valores justos calculados com base nas projeções de índices futuros divulgados pela BM&F.
- **Financiamentos –** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo, UMBNDES – Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou à LIBOR. Conforme descrito na nota explicativa nº. 15, esses financiamentos são relativos a operações de "Project Finance" (financiamentos do BNDES e BID).

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as controladas e controladas em conjunto à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia, suas

controladas e controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto buscam realizar parte de suas captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR relativa aos empréstimos denominados em dólares norte-americanos, (2) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos em reais, (3) da Cesta de Moedas (UMBNDES) relativa ao empréstimo em reais tomado com o BNDES, (4) IGP-M e CDI relativo às debêntures e (5) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 5, 15 e 16.

As tarifas de pedágio e de metrô são atualizadas pela variação dos seguintes índices:

Controladas	**Índices de atualização (variação)**
AutoBAn	100% do IGP-M
ViaOeste	100% do IGP-M
Renovias	100% do IGP-M
RodoAnel	100% do IPCA
ViaQuatro	Média ponderada, sendo: 50% IGP-M e 50% IPC
NovaDutra	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.
RodoNorte	Média ponderada de diversos índices, sendo: 10% do INCC (coluna 2), 10% do IGP-M e os seguintes componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil: 20% da 36, 20% da 37, 10% da 38 e 30% da 39.
Ponte	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 30% da 36, 30% da 37 e 40% da 39.
ViaLagos	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 15% da 36, 20% da 37, 15% da 38 e 50% da 39.

As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:

Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terraplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos e a contratação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge (Swap)* para mitigar esses riscos.

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA), ao Iene (Japão) e ao Peso Mexicano (México), equivalentes em 30 de junho de 2009, a R$ 246.637 (R$ 358.351 em 31 de março de 2009) (nota explicativa nº. 15). Desse montante, as controladas contrataram operações de hedge (Swap) no valor de R$ 118.054 (R$ 115.155 em 31 de março de 2009). O empréstimo vinculado à cesta de moedas do BNDES na controlada RodoNorte, no montante de R$ 3.100 não está protegido por operações de hedge, assim como o financiamento do BID na controlada em conjunto ViaQuatro, com amortização do principal a partir de 2013, cuja contratação de proteção contra as variações da taxa Libor foi concluída em julho de 2009.

A controlada em conjunto ViaQuatro contratou operações de hedge no montante de R$ 16.720 em 30 de junho de 2009 (R$ 37.660 em 31 de março de 2009) com o objetivo de proteção de fluxos de caixa futuros relacionados a aquisição de equipamentos no exterior.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não possuem instrumentos financeiros derivativos com caráter especulativo, tampouco, os nomeados, instrumentos financeiros derivativos exóticos.

A Companhia (controladora) não contratou instrumentos financeiros derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2009.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia são relativos a contratos de hedge (swap) onde há troca da moeda e da taxa de juros, de dólares norte-americanos (USD), Euros (EUR) e Ienes japoneses (JPY) por um percentual do CDI.

As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo, por não ter atendido todas as condições para contabilização como hedge (hedge accounting). Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são calculados projetando-se os fluxos futuros, de acordo com as taxas contratuais e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando as projeções para o cupom limpo, divulgado pela BM&F, relativo ao último dia útil imediatamente anterior à data do balanço, respeitando o prazo restante de cada operação, quando as operações protegem variações no dólar americano, ou por cálculo equivalente ao do cupom limpo em USD para as operações em outras moedas estrangeiras (Euro e Iene). Os valores justos foram determinados com base na curva ativa dos contratos, tendo sido adotado como valor justo para a curva passiva, os valores contábeis atualizados registrados pela curva. Essas estimativas não indicam necessariamente os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção patrimonial (*hedge*)

						Valores de Referência (Nocional)				Valor Justo	
	Contraparte	Tipo de hedge	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local	
						30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09
Ponte											
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	Valor Justo	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a.a.	13.999	13.999	28.911	34.058	28.767	34.465
Posição passiva					109,7% do CDI			(25.370)	(24.723)	(25.370)	(24.723)
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	Valor Justo	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a.a.	11.001	11.001	22.718	26.763	22.600	27.082
Posição passiva					109,7% do CDI			(19.936)	(19.428)	(19.936)	(19.428)
ViaLagos											
Posição ativa	Banco do Brasil	Valor Justo	05/09/2007	20/08/2010	JPY + 5,8225%	4.032.258	4.032.258	79.111	88.905	82.348	93.078
Posição passiva					103,2% do CDI			(72.748)	(71.004)	(72.748)	(71.004)
ViaQuatro											
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	19/06/2009	08/07/2009	USD+ 6,0% a.a.	3.536	-	6.903	-	6.787	-
Posição passiva					100% do CDI			(6.985)	-	(6.985)	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	05/06/2009	06/07/2009	EUR+ 5% a.a.	2.968	-	8.176	-	7.841	-
Posição passiva					99% do CDI			(8.248)	-	(8.248)	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	11/05/2009	03/07/2009	USD+ 0,8% a.a.	706	-	1.379	-	1.363	-
Posição passiva					100% do CDI			(1.488)	-	(1.488)	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	19/06/2009	26/06/2009	USD+ 31,0% a.a.	742	-	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	19/06/2009	26/06/2009	USD+ 31,0% a.a.	3.536	-	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	05/06/2009	19/06/2009	USD+ 1,1% a.a.	742	-	-	-	-	-
Posição passiva					99% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	22/05/2009	19/06/2009	USD+ 1,0% a.a.	3.535	-	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	02/04/2009	19/06/2009	USD+ 8,3% a.a.	3.535	-	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	30/04/2009	05/06/2009	EUR+ 5,0% a.a.	2.968	-	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	05/05/2009	05/06/2009	USD+ 7,0% a.a.	742	-	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	23/04/2009	22/05/2009	USD+ 0,5% a.a.	3.536	-	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	14/04/2009	05/05/2009	USD+ 1,7% a.a.	742	-	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	11/05/2009	USD+ 0,7% a.a.	706	706	-	1.647	-	1.644
Posição passiva					100% do CDI			-	(1.703)	-	(1.703)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	30/04/2009	EUR + 4,6% a.a.	73	73	-	227	-	228
Posição passiva					100% do CDI			-	(244)	-	(244)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	30/04/2009	EUR + 0,4% a.a.	2.968	2.968	-	9.127	-	9.087
Posição passiva					100% do CDI			-	(9.039)	-	(9.039)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	31/03/2009	30/04/2009	USD + 12% a.a.	3.528	3.528	-	8.219	-	8.281
Posição passiva					100% do CDI			-	(8.219)	-	(8.219)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	23/03/2009	23/04/2009	USD + 1,6% a.a.	3.536	3.536	-	8.239	-	8.239
Posição passiva					100% do CDI			-	(7.999)	-	(7.999)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	13/03/2009	14/04/2009	USD + 9% a.a.	742	742	-	1.737	-	1.746
Posição passiva					100% do CDI			-	(1.728)	-	(1.728)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	02/04/2009	USD + 3,30% a.a.	3.533	3.533	-	8.290	-	8.290
Posição passiva					100% do CDI			-	(8.728)	-	(8.728)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	03/03/2009	31/03/2009	USD + 1,3% a.a.	3.528	3.528	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	31/03/2009	EUR + 4,1% a.a.	73	73	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	19/02/2009	23/03/2009	USD + 5% a.a.	3.536	3.536	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	20/03/2009	EUR + 0,6% a.a.	351	351	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	13/03/2009	USD + 2,7% a.a.	742	742	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	04/02/2009	03/03/2009	USD + 1% a.a.	3.528	3.528	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a.	2.136	2.136	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	USD + 2,2% a.a.	1.979	1.979	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a.	73	73	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	03/02/2009	USD + 1,70% a.a.	3.533	3.533	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	13/02/2009	USD + 1,80% a.a.	108	108	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	19/02/2009	USD + 2,15% a.a.	3.536	3.536	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	30/01/2009	EUR + 2,9% a.a.	73	73	-	-	-	-
Posição passiva					100% do CDI			-	-	-	-
								12.423	34.397	14.931	39.325

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Continuação da composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção patrimonial (*hedge*)

						Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado				Resultado	
	Contraparte	Tipo de hedge	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda Local - Recebidos (Pagos)		Valores a receber / (recebidos)		Valores a pagar / (pagos)		Efeito acumulado ganho / (Perda)	
						30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	31/03/09	30/06/09	30/06/08
Ponte													
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	Valor Justo	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a.a. 109,7% do CDI	-	-	3.397	9.742	-	-	(6.763)	(3.474)
Posição passiva													
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	Valor Justo	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a.a. 109,7% do CDI	-	-	2.664	7.654	-	-	(5.321)	(2.730)
Posição passiva													
ViaLagos													
Posição ativa	Banco do Brasil	Valor Justo	05/09/2007	20/08/2010	JPY + 5,8225% 103,2% do CDI	-	-	9.600	22.074	-	-	(23.997)	(7.879)
Posição passiva													
ViaQuatro													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	19/06/2009	08/07/2009	USD+ 6,0% a.a. 100% do CDI	-	-	-	-	198	-	(198)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	05/06/2009	06/07/2009	EUR+ 5% a.a. 99% do CDI	-	-	-	-	407	-	(407)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	11/05/2009	03/07/2009	USD+ 0,8% a.a. 100% do CDI	-	-	-	-	125	-	(125)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	19/06/2009	26/06/2009	USD+ 31,0% a.a. 100% do CDI	(5)	-	-	-	(5)	-	(5)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	19/06/2009	26/06/2009	USD+ 31,0% a.a. 100% do CDI	(22)	-	-	-	(22)	-	(22)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	05/06/2009	19/06/2009	USD+ 1,1% a.a. 99% do CDI	7	-	(7)	-	-	-	7	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	22/05/2009	19/06/2009	USD+ 1,0% a.a. 100% do CDI	(1.169)	-	-	-	(1.169)	-	(1.169)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	02/04/2009	19/06/2009	USD+ 8,3% a.a. 100% do CDI	(241)	-	-	-	(241)	-	(241)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	30/04/2009	05/06/2009	EUR+ 5,0% a.a. 100% do CDI	(432)	-	-	-	(432)	-	(432)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	05/05/2009	05/06/2009	USD+ 7,0% a.a. 100% do CDI	(144)	-	-	-	(144)	-	(144)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	23/04/2009	22/05/2009	USD+ 0,5% a.a. 100% do CDI	(717)	-	-	-	(717)	-	(717)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	14/04/2009	05/05/2009	USD+ 1,7% a.a. 100% do CDI	(46)	-	-	-	(46)	-	(46)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	11/05/2009	USD+ 0,7% a.a. 100% do CDI	(253)	-	-	-	(253)	59	(253)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	30/04/2009	EUR + 4,6% a.a. 100% do CDI	(32)	-	-	-	(32)	16	(36)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	30/04/2009	EUR + 0,4% a.a. 100% do CDI	(517)	-	-	48	(517)	-	(517)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	31/03/2009	30/04/2009	USD + 12% a.a. 100% do CDI	(506)	-	-	63	(506)	-	(505)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	23/03/2009	23/04/2009	USD + 1,6% a.a. 100% do CDI	(215)	-	-	241	(215)	-	(214)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	13/03/2009	14/04/2009	USD + 9% a.a. 100% do CDI	(111)	-	-	19	(111)	-	(110)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	02/04/2009	USD + 3,30% a.a. 100% do CDI	(566)	-	-	-	(566)	438	(384)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	03/03/2009	31/03/2009	USD + 1,3% a.a. 100% do CDI	(385)	(385)	-	-	(385)	(385)	(385)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	31/03/2009	EUR + 4,1% a.a. 100% do CDI	(18)	(18)	-	-	(18)	(17)	(21)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	19/02/2009	23/03/2009	USD + 5% a.a. 100% do CDI	(333)	(333)	-	-	(333)	(333)	(333)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	20/03/2009	EUR + 0,6% a.a. 100% do CDI	7	7	(7)	(7)	-	-	7	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	13/03/2009	USD + 2,7% a.a. 100% do CDI	(95)	(95)	-	-	(95)	(95)	(54)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	04/02/2009	03/03/2009	USD + 1% a.a. 100% do CDI	262	262	(262)	(262)	-	-	262	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a. 100% do CDI	(647)	(647)	-	-	(647)	(647)	(753)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	USD + 2,2% a.a. 100% do CDI	(170)	(170)	-	-	(170)	(170)	(55)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a. 100% do CDI	(22)	(22)	-	-	(22)	(22)	(25)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	03/02/2009	USD + 1,70% a.a. 100% do CDI	(266)	(266)	-	-	(266)	(266)	(55)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	13/02/2009	USD + 1,80% a.a. 100% do CDI	(15)	(15)	-	-	(15)	(15)	(9)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	19/02/2009	USD + 2,15% a.a. 100% do CDI	(329)	(329)	-	-	(329)	(329)	(124)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	30/01/2009	EUR + 2,9% a.a. 100% do CDI	(24)	(24)	-	-	(24)	(24)	(26)	-
Posição passiva													
						(7.004)	(2.035)	15.385	39.572	(6.550)	(1.790)	(43.170)	(14.083)

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Todos os instrumentos financeiros derivativos das controladas e controladas em conjunto foram negociados em mercado de balcão.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto registraram perdas com instrumentos financeiros derivativos no 1º semestre de 2009 e 2008, conforme o quadro abaixo:

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado	
	30/06/09	30/06/08
	Resultado	Resultado
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	(43.170)	(14.083)
Total	(43.170)	(14.083)

Ganhos/(perdas) de operações desreconhecidas como contabilidade de hedge

As operações de hedge (swap) da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto foram reconhecidas no resultado do exercício, portanto não há operações que pudessem ser desreconhecidas como contabilidade de hedge.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

		Consolidado		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ViaQuatro				
Dívida em USD	Aumento da cotação do USD	51.767	64.708	77.650
		51.767	64.708	77.650
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(8.898)	(11.122)	(13.346)
Banco Bradesco	Dívida - Aumento da cotação do EUR	8.117	10.145	12.174
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	(781)	(977)	(1.172)
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(9.232)	(11.540)	(13.849)
Banco Bradesco	Dívida - Aumento da cotação do USD	8.368	10.461	12.552
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	(864)	(1.079)	(1.297)
Ponte Rio-Niteroi				
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(54.175)	(67.720)	(81.264)
Banco ABN Amro Real	Dívida - Aumento da cotação do dólar (USD)	61.728	77.161	92.593
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	7.553	9.441	11.329
ViaLagos				
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(82.193)	(102.742)	(123.289)
Banco do Brasil	Dívida - Aumento da cotação do Iene	85.301	106.626	127.953
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	3.108	3.884	4.664
As taxas de cotações e juros consideradas foram:				
	USD (1)	1,9487	2,4359	2,9231
	EUR (1)	2,7451	3,4314	4,1177
	JPY (1)	0,020385	0,025481	0,030578
	CDI (1)	8,96%	11,20%	13,44%

(1) As taxas apresentadas acima, se referem às taxas das operações em 30/06/2009 e serviram como base para o cálculo. As mesmas foram atualizadas até o vencimento de cada um dos contratos seguindo as projeções de cupom limpo/variações da moeda para USD (divulgado pela BM&F) e cálculo equivalente foi adotado para JPY e EUR.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e instrumentos financeiros derivativos destinados a eliminar (ou mitigar) esses riscos.

No quadro acima, são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio, nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário, a CVM através da Instrução nº. 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM, como cenários A e B, respectivamente.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

			Consolidado		
Operação	**Risco**	**Empresa**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Passivos Financeiros					
BID	Aumento da Libor	ViaQuatro	44.987	56.233	67.480
Debêntures	Aumento do IGP-M	AutoBAn	79.298	81.922	84.567
Debêntures	Aumento do IGP-M	ViaOeste	111.614	116.941	122.329
Debêntures	Aumento do IGP-M	RodoNorte	3.201	3.290	3.379
Debêntures	Aumento do IGP-M	NovaDutra	5.529	5.686	5.842
Debêntures	Aumento do CDI	AutoBAn	38.443	47.776	57.003
Debêntures	Aumento do CDI	ViaOeste	36.550	37.884	39.230
Debêntures	Aumento do CDI	CCR	14.148	17.335	20.479
Notas Promissórias	Aumento do CDI	RodoAnel	46.331	55.709	64.964
Capital de Giro	Aumento do CDI	CPC	834	990	1.148
BNDES	Aumento da TJLP	AutoBAn	84.247	84.986	85.726
BNDES	Aumento da TJLP	RodoNorte	4.070	4.093	4.117
BNDES	Aumento da TJLP	CPC	2.455	2.470	2.485
Unibanco	Aumento da TJLP	AutoBAn	3.283	3.303	3.322
Bradesco	Aumento da TJLP	AutoBAn	2.060	2.073	2.085
ABN Amro Real	Aumento da TJLP	AutoBAn	1.226	1.234	1.241
BNDES (Cesta de Moedas)	Aumento da UMBNDES	RodoNorte	238	266	294
			478.514	522.191	565.691
As taxas de juros consideradas foram (1):					
	CDI (2)		8,96%	11,20%	13,44%
	TJLP (3)		6,25%	7,81%	9,38%
	UMBNDES (4)		4,196%	5,25%	6,29%
	IGP-M (5)		1,52%	1,90%	2,28%
	LIBOR (6)		3,9238% e 5,15%	4,90% e 6,43%	5,88% e 7,72%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas até os vencimentos de cada um dos contratos.
(2) Refere-se à taxa de 30/06/2009, conforme divulgado pela CETIP.
(3) Refere-se à TJLP da taxa do segundo trimestre de 2009, conforme divulgado pelo BNDES.
(4) Refere-se à variação da anual da cesta de moedas do BNDES em 16/04/2009.
(5) Refere-se à variação anual da taxa em 30/06/2009, conforme divulgado pela Andima.
(6) Refere-se à taxa libor anual utilizada para cálculo dos juros do financiamento do BID (tranche A e B) em 30/06/2009.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos relativos ao Finame, em virtude de não relevância dos valores, adicionado à taxa capitalizada variável da TJLP de aproximadamente 0,25% ao ano.

No quadro acima, são considerados três cenários de taxas de juros locais com os respectivos impactos nos resultados da Companhia e das suas controladas.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações de taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.
Além desse cenário, a CVM através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses

cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM, como cenários A e B, respectivamente.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

24 Cobertura de seguros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial das informações trimestrais, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2009, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil – de R$ 15.000 a R$ 68.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – de R$ 10.137 a R$ 89.534;
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos – de R$ 4.707 a R$ 122.803;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – de R$ 15.000 a R$ 500.000;
- Perda de Receita – de R$ 6.600 a R$ 92.000.

25 Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Valor nominal		Valor presente	
	30/06/09	**31/03/09**	**30/06/09**	**31/03/09**
AutoBAn	1.948.980	1.953.286	1.570.874	1.574.320
RodoAnel	919.580	1.155.176	854.755	1.080.367
ViaOeste	385.158	393.152	310.568	318.069
Renovias (*)	186.457	191.533	177.135	181.956
	3.440.175	3.693.147	2.913.332	3.154.712

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

Os compromissos das concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias serão pagos em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O compromisso da concessionária RodoAnel será pago em parcelas mensais e iguais até maio de 2010, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA, em julho de cada ano.

Esses compromissos, atualizados até 30 de junho de 2009, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2009	696.490	658.293
2010	697.099	646.605
2011	279.108	251.221
2012	279.108	240.178
2013	279.108	229.657
Após 2013 até 2018	1.209.262	887.378
Total	3.440.175	2.913.332

No decorrer do semestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 655.818 referente ao direito de outorga fixa (R$ 388.473 no primeiro semestre de 2008).

Decorrente do direito de outorga variável – AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel e Renovias

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 30 de junho de 2009, era de R$ 8.624 (R$ 8.637 em 31 de março de 2009).

No decorrer do semestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 34.834 referente ao direito de outorga variável (R$ 22.388 no primeiro semestre de 2008).

b. Compromissos relativos às concessões – (não revisado)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, as controladas assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 30 de junho de 2009, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R$ 5.564.163 (R$ 5.750.529 em 31 de março de 2009), a serem realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/09	**31/03/09**
RodoNorte	1.377.718	1.389.692
ViaQuatro (*)	1.211.942	1.211.942
AutoBAn	1.140.547	1.189.746
ViaOeste	633.559	709.311
NovaDutra	495.897	504.347
RodoAnel	331.146	355.573
Renovias (*)	304.242	327.667
Ponte	57.871	50.891
ViaLagos	11.241	11.360
	5.564.163	5.750.529

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

c. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão (não revisado)

A prática contábil adotada pelas concessionárias é a de não registrar o imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão; entretanto é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). A segregação foi realizada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada. A posição consolidada está demonstrada conforme segue:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa média anual de depreciação/ amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido 30/06/09	Líquido 31/03/09
Imobilizado transferido:					
Serviços iniciais	3,49	22.069	(11.484)	10.585	10.778
Terraplanagem	5,56	130.233	(80.848)	49.385	51.193
Pavimentação	14,29	197.770	(197.770)	-	-
Obras de arte correntes	8,33	39.924	(37.139)	2.785	3.617
Obras de arte especiais	8,33	255.934	(238.078)	17.856	23.188
Sinalização e segurança	25	15.328	(15.328)	-	-
Obras complementares	6,25	7.228	(5.045)	2.183	2.296
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	(8.673)	-	-
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	(9.500)	-	-
Delegação dos serviços públicos (*)	3,59	3.561.719	(861.505)	2.700.214	2.709.957
		4.248.378	(1.465.370)	2.783.008	2.801.029

(*) Refere-se à delegação dos serviços públicos das concessionárias RodoAnel, AutoBAn, ViaOeste, ViaLagos e Renovias (40%). Parte do custo da delegação dos serviços públicos está registrada como pagamentos antecipados relacionados à concessão, conforme nota explicativa nº.9.

d. Obras a executar - ViaOeste

	30/06/09	31/03/09
Não circulante	9.491	9.581

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº.7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a controlada ViaOeste.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº.11, de 08 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R$ 98.303, a controlada deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a controlada passou a depositar o ônus fixo.

26 Eventos subsequentes

Emissão de debêntures pela controladora

Em 23 de julho de 2009 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão, para distribuição pública, de 598.156 debêntures simples, não conversíveis, com garantia flutuante, de forma nominativa e escritural, em duas séries, com valor unitário nominal de R$ 1, totalizando o montante de R$ 598.156, com as seguintes características:

- Foram alocadas 448.156 debêntures na 1ª série e 150.000 debêntures na 2ª série.

- As debêntures da 1ª série serão remuneradas pela taxa de 112% do CDI e as da 2ª série, pelo IPCA + 7,5% ao ano.

- O pagamento da remuneração da 1ª série será feito semestralmente, no dia 1º, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2010 e o último em 1º de agosto de 2012 e o da 2ª série será feito anualmente, no mês de agosto, sendo o primeiro pagamento em 2010 e o último em 2014.

- O pagamento do principal relativo às debêntures da 1ª série será realizado em 1º de agosto de 2012 e o da 2ª série será realizado em três parcelas iguais, em 1º de agosto de 2012, 2013 e 2014.

As debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, observados os critérios definidos no Prospecto definitivo da emissão.

Reestruturação de acionista

A acionista Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng) está em processo de reorganização societária dentro de seu grupo econômico, a qual será concluída em 2009. A referida reorganização societária, consiste na cisão parcial da Serveng com a respectiva versão, dentre outros ativos, de 51.395.479 ações ordinárias, nominativas e escriturais, representativas do capital social da CCR e vinculadas ao Acordo de Acionistas para a Soares Penido Concessões S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico da Serveng, detida 100% pela Soares Penido Investimentos Ltda., que por sua vez detém 31,52% da Serveng. O Acordo de Acionistas será devidamente aditado para refletir a inclusão da Soares Penido Concessões S.A. e a saída da Serveng. Desta forma, a Soares Penido Concessões S.A. passará a deter 12,75% do capital da CCR, cujas ações estarão vinculadas ao Acordo de Acionistas e a Serveng passará a deter 3,75% do capital social da CCR, cujas ações não estarão vinculadas ao Acordo de Acionistas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS — 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A partir do momento em que a reorganização societária for concluída, a distribuição do capital social da Companhia, será a seguinte:

Acionista[1][2]	ON	% do Total
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42%
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,42%
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,29%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,28%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97%
Camargo Corrêa S.A.	7.766.880	1,93%
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90%
Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng.	15.100.000	3,75%
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda.	2.832.413	0,70%
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	2.832.412	0,70%
Soares Penido Concessões S.A.	51.395.479	12,75%
Conselho de Administração	1.229.092	0,31%
Conselho Fiscal	15.000	0,00%
Diretoria	55.000	0,01%
Outros	115.119.312	28,56%
Total	**403.101.800**	**100%**

(1) Os acionistas Andrade Gutierrez Concessões S.A., Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. e Soares Penido Concessões S.A., serão os signatários do Acordo de Acionistas da Companhia.

(2) Os acionistas: (i) Andrade Gutierrez Concessões S.A., AGC Participações Ltda., Construtora Andrade Gutierrez S.A. e Andrade Gutierrez Participações S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico; (ii) Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. e Camargo Corrêa S.A. pertencem ao mesmo grupo econômico; e (iii) Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda. e Soares Penido Concessões S.A., pertencem ao mesmo grupo econômico.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27 Demonstração do Valor Adicionado

a. Demonstração do Valor Adicionado – Controladora

Trimestres e Semestres findos em 30 de junho de 2009 e 2008

(Em milhares de reais)

	2009		2008	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receitas				
Serviços prestados	16.924	33.936	16.522	33.175
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(4.784)	(9.610)	(5.622)	(11.379)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.499)	(11.369)	(14.174)	(23.879)
Valor adicionado bruto	6.641	12.957	(3.274)	(2.083)
Depreciação e amortização	(1.803)	(3.602)	(2.046)	(4.091)
Valor adicionado (reduzido) líquido gerado pela Companhia	4.838	9.355	(5.320)	(6.174)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	195.519	361.836	160.836	327.835
Receitas financeiras	29.182	58.979	8.091	22.719
Valor adicionado total a distribuir	229.539	430.170	163.607	344.380
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	13.681	22.364	14.705	22.514
Benefícios	1.514	3.061	1.346	2.523
FGTS	420	852	329	776
Outras	126	193	102	170
Tributos				
Federais	2.151	4.221	(123)	2.108
Municipais	69	219	102	278
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	29.162	60.350	4.680	10.877
Aluguéis	509	1.062	539	1.030
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos do exercício	181.907	337.848	141.927	304.104
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-		-
Valor adicionado distribuído total	229.539	430.170	163.607	344.380

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado

Trimestres e Semestres findos em 30 de junho de 2009 e 2008

(Em milhares de reais)

	2009		2008	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receitas				
Serviços prestados	810.925	1.585.340	684.260	1.352.351
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(101.428)	(211.739)	(80.367)	(187.289)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(37.162)	(70.068)	(55.700)	(67.768)
Valor adicionado bruto	672.335	1.303.533	548.193	1.097.294
Depreciação e amortização	(102.571)	(201.795)	(84.829)	(170.139)
Valor adicionado (reduzido) líquido gerado pela Companhia	569.764	1.101.738	463.364	927.155
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
Receitas financeiras	68.681	136.657	31.913	75.326
Valor adicionado total a distribuir	638.445	1.238.395	495.277	1.002.481
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	54.729	98.595	58.077	92.543
Benefícios	10.946	21.226	8.565	16.465
FGTS	2.589	5.282	2.206	4.399
Outras	665	1.379	855	1.382
Tributos				
Federais	143.202	294.494	110.464	231.492
Estaduais	1	390	7	341
Municipais	41.414	68.076	22.785	45.329
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	133.181	275.022	98.356	203.318
Aluguéis	4.061	7.769	2.615	5.265
Outorga	64.016	124.943	47.074	92.963
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos do exercício	181.907	337.848	141.927	304.104
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	1.734	3.371	2.346	4.880
Valor adicionado distribuído total	638.445	1.238.395	495.277	1.002.481

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) é uma holding criada para administrar investimentos em infra-estrutura no país e no exterior. No momento, a Companhia mantém investimentos em concessões rodoviárias e concessão metroviária no país, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionadas às operações. Ver o comentário de desempenho consolidado.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultados do 2° Trimestre de 2009

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), a maior empresa de concessões de rodovias do Brasil em termos de receita, divulga seus resultados do 2º trimestre de 2009.

As informações financeiras e operacionais *abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em reais, de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 2T08 e ao 1S08.*

Os resultados das concessionárias Renovias e RodoAnel Oeste passaram a ser incorporados na CCR a partir de junho de 2008 e dezembro de 2008, respectivamente. As informações financeiras desconsiderando os efeitos dessas incorporações são referidas nesse documento pelo termo "Excluindo-se Renovias e RodoAnel " e os resultados apresentados são Pro Forma.

Apresentação dos Resultados

Na elaboração das demonstrações financeiras a Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008. Essas alterações são demonstradas na Nota Explicativa n° 3.1 do ITR do 2T09.

Para fins de divulgação das informações trimestrais comparativas, a Companhia seguiu a Deliberação CVM 506 de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, consequentemente, reapresentando as informações do segundo trimestre de 2008.

Principais Destaques

- A Receita Líquida alcançou R$ 736,8 milhões (+16,0%) no 2T09 e R$ 1.452,8 milhões (+15,7%) no 1S09. *Excluindo-se Renovias e RodoAnel, a Receita Líquida alcançou R$ 690,1 milhões (+9,7%) no 2T09 e R$ 1.363,4 milhões (+9,1%) no 1S09.*

- O EBIT atingiu R$ 352,1 milhões (+21,5%) no 2T09 e R$ 697,7 milhões (+15,4%) no 1S09. A margem EBIT alcançou 47,8% (+2,2 p.p.) no 2T09 e 48,0% (-0,1 p.p) no 1S09. *Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o EBIT atingiu R$ 336,7 milhões no 2T09 e R$ 670,1 milhões no 1S09.*

- O EBITDA atingiu R$ 466,6 milhões (+23,9%) no 2T09 e R$ 921,4 milhões no 1S09 (+18,3%). A margem EBITDA alcançou 63,3% (+4,0 p.p.) no 2T09 e 63,4% (+1,4 p.p.) no 1S09. *Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o EBITDA atingiu R$ 431,9 milhões no 2T09 e R$ 857,3 milhões no 1S09.*

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- O Lucro Líquido atingiu R$ 181,9 milhões (+28,2%) no 2T09 e R$ 337,8 milhões (+11,1%) no 1S09. *Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Lucro Líquido atingiu R$ 207,6 milhões no 2T09 e R$ 388,2 milhões no 1S09.*

- O tráfego cresceu 18,1% no 2T09 e 17,2% no 1S09. *Comparando-se a mesma base de tráfego, i.e., sem a adição da Renovias e RodoAnel, o tráfego apresentou queda de -0,1% no 2T09 e -1,1% no 1S09.*

- O número de usuários da STP (arrecadação eletrônica) expandiu-se em 48,0%, em relação ao 2T08, atingindo 1.538 mil tag's ativos.

Indicadores Financeiros (R$ MM)	**2T08 Reclassificado**	**2T09**	**Var %**	**1S08 Reclassificado**	**1S09**	**Var %**
Receita Líquida	635,3	736,8	16,0%	1.255,7	1.452,8	15,7%
EBIT	289,8	352,1	21,5%	604,5	697,7	15,4%
Mg. EBIT	*45,6%*	*47,8%*	*+2,2 p.p.*	*48,1%*	*48,0%*	*-0,1 p.p.*
EBITDA	376,5	466,6	23,9%	778,7	921,4	18,3%
Mg. EBITDA	*59,3%*	*63,3%*	*+4,0 p.p.*	*62,0%*	*63,4%*	*+1,4 p.p.*
Lucro Líquido	141,9	181,9	28,2%	304,1	337,8	11,1%
Div. Liq./ EBITDA últ. 12m.	1,13x	1,65x	-	1,13x	1,65x	-
EBITDA / CAPEX	2,96x	2,02x	-	3,38x	2,36x	-
EBITDA / Juros e Variações Monetárias	4,50x	4,53x	-	5,16x	4,28x	-

Evento Subseqüentes

- No dia 4 de agosto de 2009, a CCR concluiu a distribuição de sua 5ª emissão de debêntures no total de R$ 598,2 milhões.
- No dia 12 de agosto de 2009, foi aprovada a antecipação de distribuição de dividendos relativos ao ano de 2009, proposta pela diretoria, no valor de R$ 1,26 por ação, sendo R$ 0,10 referente ao exercício fiscal de 2008, e R$ 1,16 como antecipação do exercício de 2009, totalizando R$ 507,9 milhões a serem distribuídos a partir de 30 de setembro de 2009.

Comentário do Presidente

Renato Alves Vale: "Temos grande satisfação em anunciar aos nossos acionistas, mercado, colaboradores, usuários e ao público interessado os significativos resultados que a CCR obteve no segundo trimestre de 2009.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Neste trimestre verificamos importante reversão na tendência de queda do tráfego, que resultou num total de veículos equivalentes muito próximo do registrado no mesmo período de 2008, quando obtivemos a melhor performance de tráfego consolidado desde que operamos o atual portfólio. Mais uma vez, o modelo de negócio da CCR demonstra estar baseado em ativos com grande resistência a reveses econômicos, seja pelo *mix* entre veículos leves e comerciais, seja pela diversidade dos produtos transportados.

O controle de custos assume um papel ainda mais crítico em 2009 e, juntamente com a política de preservação da liquidez, possibilita o cumprimento do planejamento previsto sem alterações no foco da criação de valor aos nossos acionistas e na assunção do compromisso de maximizar a distribuição de dividendos."

Receita Bruta (+18,5%)

Receita Bruta de Pedágio (R$ 000)	2T08	2T09	Var %	1S08	1S09	Var %
AutoBAn	254.310	280.916	10,5%	494.985	539.387	9,0%
NovaDutra	175.649	187.463	6,7%	349.481	370.066	5,9%
RodoNorte	76.666	86.693	13,1%	154.938	170.202	9,9%
Ponte	24.179	26.250	8,6%	47.890	52.234	9,1%
ViaLagos	10.944	12.689	15,9%	27.212	31.991	17,6%
ViaOeste	112.823	129.177	14,5%	220.472	250.749	13,7%
Renovias	6.534	22.105	-	6.534	42.624	-
RodoAnel	-	28.508	-		54.694	-
Total	**661.105**	**773.801**	**17,0%**	**1.301.512**	**1.511.947**	**16,2%**
% Receitas Totais	**96,6%**	**95,4%**		**96,2%**	**95,4%**	

Outras Receitas	2T08	2T09	Var %	1S08	1S09	Var %
Total	**10.663**	**16.274**	**52,6%**	**27.183**	**32.074**	**18,0%**
% Receitas Totais	**1,6%**	**2,0%**		**2,0%**	**2,0%**	

Receitas Brutas da Gestão de Meios Eletrônicos de Pagto	2T08	2T09	Var %	1S08	1S09	Var %
STP	**12.492**	**20.850**	**66,9%**	**23.656**	**41.319**	**74,7%**
% Receitas Totais	**1,8%**	**2,6%**		**1,8%**	**2,6%**	

Total da Receita Bruta	**684.260**	**810.925**	**18,5%**	**1.352.351**	**1.585.340**	**17,2%**

A contabilização da concessionária Renovias se dá proporcionalmente, ou seja, consolidação de 40%, refletindo a participação da CCR na concessionária. Vale destacar que o início da contabilização da Renovias ocorreu a partir de junho de 2008. Na STP, onde a CCR possui participação de 38,25%, também é realizada contabilização proporcional. Em todas as outras concessionárias a CCR reporta 100% da receita.

Quanto à participação dos meios eletrônicos, na arrecadação da receita de pedágio registramos 56,2% e 54,9%, respectivamente no trimestre e no semestre, com crescimento de 23,6% e 22,5%, respectivamente nos períodos citados anteriormente.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O sistema "Sem Parar" atingiu 1.538 mil tag's ativos no 2T09, apresentando uma expansão de 48,0% em relação à posição final do 2T08 e 7,8% em relação ao 1T09.

Receita Líquida (+16,0%)

A Receita Líquida consolidada cresceu 16,0% no 2T09, quando comparada com o mesmo período do ano anterior, atingindo R$ 736,8 milhões. No 1S09, houve um crescimento de 15,7%, atingindo R$ 1.452,8 milhões.

As Deduções sobre a Receita Operacional Bruta aumentaram 51,4% no 2T09, quando comparado com o 2T08, representando 9,1% da Receita Bruta do trimestre. Enquanto que no 1S09, estas Deduções aumentaram 37,1%, sobre igual período do ano anterior, representando 8,4% da Receita Bruta do semestre.

Além da evolução relacionada aos novos negócios, o aumento das Deduções também deveu-se ao término do desconto de ISS do direito de outorga fixo da concessionária AutoBAn, conforme acordado através do Termo Aditivo Modificativo 16/06.

Tráfego (+18,1%)

Desempenho das Concessionárias	2T08	2T09	Var %	1S08	1S09	Var %
Tráfego - Veículos Equivalentes[1]						
AutoBAn	52.084.134	51.789.891	-0,6%	101.344.637	99.388.728	-1,9%
NovaDutra	32.320.660	31.393.444	-2,9%	64.109.492	61.852.770	-3,5%
RodoNorte	14.472.284	14.899.151	2,9%	29.034.092	29.068.165	0,1%
Ponte	6.908.252	6.907.788	0,0%	13.682.713	13.745.765	0,5%
ViaLagos	1.157.837	1.209.429	4,5%	2.883.966	3.043.944	5,5%
ViaOeste	15.455.607	15.732.471	1,8%	30.186.697	30.604.750	1,4%
Renovias[2]	1.380.231	4.231.891	-	1.380.231	8.169.385	-
RodoAnel	-	23.756.658	-	-	45.578.088	-
Consolidado CCR[3]	**146.142.861**	**172.560.980**	**18,1%**	**286.491.237**	**335.802.107**	**17,2%**
Consolidado CCR sem Renovias e RodoAnel	**144.762.630**	**144.572.431**	**-0,1%**	**285.111.006**	**282.054.634**	**-1,1%**
Tarifa Média (em R$ / veic. equiv.)[4]						
AutoBAn	4,88	5,42	11,1%	4,88	5,43	11,1%
NovaDutra	5,43	5,97	9,9%	5,45	5,98	9,8%
RodoNorte	5,30	5,82	9,8%	5,34	5,86	9,7%
Ponte	3,50	3,80	8,6%	3,50	3,80	8,6%
ViaLagos	9,45	10,49	11,0%	9,44	10,51	11,4%
ViaOeste	7,30	8,21	12,5%	7,30	8,19	12,2%
Renovias	4,73	5,22	10,3%	4,73	5,22	10,2%
RodoAnel	-	1,20	-	-	1,20	-
Consolidado CCR	**4,52**	**4,48**	**-0,9%**	**4,54**	**4,50**	**-0,9%**
Consolidado CCR sem Renovias e RodoAnel	**4,52**	**5,00**	**10,6%**	**4,54**	**5,02**	**10,6%**

1- Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).

2- A quantidade de veículos equivalentes da concessionária Renovias refere-se à participação de 40% da CCR na concessionária. A concessionária Renovias passou a ser consolidada na CCR a partir de junho de 2008.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

3- No consolidado da CCR, as concessionárias que cobram pedágio em apenas um sentido da rodovia (ViaOeste e Ponte) apresentam os seus volumes de tráfego dobrados, para se ajustarem a àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento se fundamenta no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

4- Tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número de veículos equivalentes de cada concessionária e consolidado.

Composição do Tráfego das Concessionárias

Veículos Equivalentes	2T09		1S09	
	Leves	Comerciais	Leves	Comerciais
AutoBAn	45,5%	54,5%	46,6%	53,4%
NovaDutra	28,3%	71,7%	29,0%	71,0%
Rodonorte	21,4%	78,6%	24,3%	75,7%
Ponte	82,4%	17,6%	82,5%	17,5%
Lagos	78,5%	21,5%	81,1%	18,9%
ViaOeste	51,4%	48,6%	52,1%	47,9%
Renovias	53,3%	46,7%	53,6%	46,4%
RodoAnel	61,2%	38,8%	61,3%	38,7%
Consolidado CCR	47,1%	52,9%	48,1%	51,9%
Consolidado CCR sem Renovias e Rodoanel	44,4%	55,6%	45,5%	54,5%

O tráfego consolidado cresceu +18,1%, considerando Renovias e RodoAnel. Estas duas concessões passaram a ser consolidadas na CCR em junho e dezembro de 2008, respectivamente.

Analisando o desempenho do tráfego das mesmas concessionárias (excluindo 1 mês de Renovias no 2T08), temos uma pequena variação negativa de -0,1%. No entanto, em relação ao primeiro trimestre de 2009, houve crescimento, influenciado tanto pela recuperação da atividade econômica quanto pelo efeito calendário sobre os veículos de passeio.

Tráfego Consolidado Excluindo Renovias e RodoAnel (-0,1%)

O principal efeito no calendário do 2T09 foi o maior número de feriados em relação ao mesmo período do ano anterior, o que influenciou positivamente nos veículos de passeio e negativamente nos veículos comerciais. Em 2008, a Páscoa ocorreu no primeiro trimestre, enquanto em 2009 ocorreu no segundo trimestre. O impacto do efeito calendário equivale a aproximadamente +0,1% no tráfego consolidado. Além do efeito calendário, existe a influência relativa à recuperação da atividade econômica, que foi de aproximadamente -0,2% (contra -1,1% apresentada no 1T09).

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Veículos de Passeio (+3,1%)

Os veículos de passeio cresceram +3,1%, resultado da contribuição do efeito calendário de +1,7% e do crescimento vegetativo que foi da ordem de +1,4% em relação ao mesmo trimestre no ano anterior.

Veículos Comerciais (-2,6%)

Os veículos comerciais apresentaram retração de 2,6%, resultado da contribuição negativa do efeito calendário de 1,1% e da atividade econômica 1,5%. No 1T09 o resultado da atividade econômica sobre os veículos comerciais foi aproximadamente -4,4%, indicando recuperação no 2T09.

Análise do Tráfego das Concessionárias

Dentre os fatores específicos que contribuíram para as variações apresentadas pelas concessionárias, destacam-se:

(i) **AutoBAn (-0,6%)** – O tráfego de veículos de passeio apresentou crescimento de 3,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, com contribuição do efeito calendário de +1,7% e da atividade econômica de +2,0%. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de 3,9%, atribuindo-se -1,2% ao efeito calendário (maior número de feriados no período) e -2,7% à atividade econômica (apesar da gradual recuperação que vem se verificando).

(ii) **NovaDutra (-2,9%)** – O tráfego de veículos de passeio apresentou crescimento de 2,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, com contribuição do efeito calendário de +2,3% e da atividade econômica de +0,4%. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de 4,9%, atribuindo-se -1,3% ao efeito calendário e -3,6% à atividade econômica.

(iii) **ViaOeste (+1,8%)** – O tráfego de veículos de passeio apresentou crescimento de 3,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, com contribuição do efeito calendário de +1,2% e da atividade econômica de +2,1%. Os veículos comerciais apresentaram crescimento de tráfego de 0,3%, atribuindo-se -1,2% ao efeito calendário e +1,5% à atividade econômica (retomada das exportações de commodities - soja e açúcar - e retorno de operação da indústria siderúrgica na região).

(iv) **RodoNorte (+2,9%)** – Os veículos de passeio apresentaram crescimento de 10,1% no trimestre, fortemente influenciado pelo efeito calendário de +6,4% e pela atividade econômica de +3,7%. Os veículos comerciais cresceram 1,2%, atribuindo-se -1,2% ao efeito calendário e +2,4% à atividade econômica (exportações do complexo soja).

(v) **ViaLagos (+4,5%)** – O tráfego de veículos de passeio apresentou crescimento de 5,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, com contribuição do efeito calendário de +4,0% e +1,6% relativo à atividade econômica. Os veículos comerciais apresentaram crescimento de 0,3%, com a contribuição do efeito calendário de +0,2% e +0,1% à atividade econômica.

(vi) **Ponte (0,0%)** – Os veículos de passeio não apresentaram variações significativas no trimestre, apesar do pequeno efeito do calendário de +0,1% e do efeito da atividade econômica de -0,1%. Os veículos comerciais também não apresentaram variações significativas, atribuindo-se -0,6% ao efeito calendário e +0,6% à atividade econômica.

(vii) **Renovias** – Os veículos de passeio apresentaram crescimento no trimestre de 3,2% fortemente influenciado pelo efeito calendário de +3,1% e do efeito da atividade econômica de +0,1%. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de 4,6%, atribuindo-se -1,3% ao efeito calendário e -3,3% à atividade econômica. A título de informação adicional, o tráfego no 2T09 apresentou uma redução de 0,6%, comparado ao mesmo período do ano anterior.

(viii) **RodoAnel** – Verifica-se a recuperação devida ao efeito “ramp-up”(recuperação gradual, após o reconhecimento, pelos usuários, dos benefícios de custo, tempo e segurança proporcionados pela concessionária). O crescimento de tráfego no 2T09 sobre o 1T09 foi de 8,9%, sendo +8,2% nos veículos de passeio e +9,9% nos veículos comerciais. Houve forte crescimento (+7,7%) mesmo considerando-se o tráfego dessazonalizado (volume diário médio), pois no 1T09 houve 89 dias e, no 2T09, 90 dias.

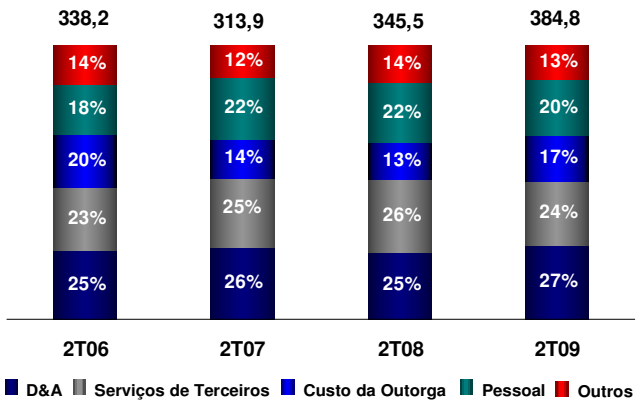
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custos Totais[1] (+11,4%)

Os Custos Totais (Custo dos Serviços Prestados somados às Despesas Administrativas, e Outras Despesas e Receitas Operacionais) atingiram R$ 384,8 milhões (+11,4%) no 2T09. No 1S09, os Custos Totais totalizaram R$ 755,1 milhões (+16,0%).

Nesta seção, também apresentamos os custos sem os efeitos da consolidação da concessionária ViaQuatro, que a partir de janeiro de 2009, passou a transitar na DRE os custos anteriormente registrados como ativo diferido, em decorrência da adoção da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. *Excluindo-se a incorporação das concessionárias Renovias, RodoAnel e ViaQuatro, os Custos Totais atingiram R$ 345,2 milhões (+0,9%) no 2T09 e R$ 678,9 milhões (+4,8%) no 1S09.* Os principais motivos dessas variações são discutidos a seguir:

Evolução dos Custos Totais (R$ MM)



As despesas de Depreciação e Amortização somaram R$ 102,6 milhões (+21,1%) no 2T09. Essa majoração refere-se à maior transferência de ativo em andamento para ativo definitivo (e, conseqüentemente, início da depreciação) na RodoNorte e NovaDutra, e amortização do ágio pago na aquisição de participação de 40% na Renovias. No 1S09 as despesas de Depreciação e Amortização somaram R$ 201,8 milhões (+18,6%). *Excluindo-se Renovias, RodoAnel e ViaQuatro, a Depreciação e Amortização somaram R$ 92,9 milhões (+10,9%) no 2T09 e R$ 182,6 milhões (+7,9%) no 1S09.*

O Custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) atingiu R$ 64,0 milhões no 2T09, registrando um aumento de 37,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. *Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Custo da Outorga atingiu R$ 51,3 milhões (+10,5%) no 2T09.* O aumento na parcela variável é resultado do crescimento da receita, já o da parcela fixa resulta do reajuste ocorrido em julho/08 nas concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias. O custo da outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) distribuído por concessionária no 2T09

[1] Custos Totais = Custos dos Serviços Prestados + Despesas Administrativas + Outras Despesas e Receitas Operacionais.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

foi: R$ 38,9 milhões na AutoBAn, R$ 12,1 milhões na ViaOeste, R$ 294 mil na ViaLagos, R$ 2,2 milhões na Renovias e R$ 10,5 milhões no RodoAnel Oeste.

No 1S09, o Custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas da outorga) atingiu R$ 124,9 milhões (+35,3%). *Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Custo da Outorga atingiu R$ 101,7 milhões (+10,2%) no 1S09.*

O Custo de Serviços de Terceiros, atingiu R$ 91,6 milhões (+0,2%) no 2T09. Já no 1S09 o Custo de Serviços de Terceiros foi de R$ 183,3 milhões (+3,7%). *Excluindo-se Renovias, RodoAnel e ViaQuatro, o Custo de Serviços de Terceiros atingiu R$ 87,2 milhões (-4,3%) no 2T09 e R$ 174,7 milhões no 1S09 (-1,0%)*. Neste trimestre não verificamos nenhuma alteração relevante dentro deste item de custo.

O Custo com Pessoal atingiu R$ 77,3 milhões, apresentando um aumento de 1,9% em relação ao 2T08. Esse crescimento deveu-se principalmente ao aumento do quadro de funcionários (+661 funcionários), devido a consolidação proporcional da Renovias, RodoAnel e ViaQuatro. No 1S09, o Custo com Pessoal atingiu R$ 142,2 milhões, registrando aumento de 10,6% em relação ao 1S08. *Excluindo-se Renovias, RodoAnel e ViaQuatro, o Custo com Pessoal atingiu R$ 70,1 milhões (-6,3%) no 2T09 e R$ 128,1 milhões (+1,5%) no 1S09.*

Os Outros Custos (materiais, seguros, aluguéis, marketing, viagens e meios eletrônicos de pagamentos) atingiram R$ 49,3 milhões (+4,5%) no 2T09. Esse aumento deveu-se principalmente as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, pois o "Resultado Não Operacional" passou a ser classificado para "Outras Despesas" impactando desta forma o item "Outros Custos", além da consolidação da Renovias e RodoAnel. No 1S09, os Outros Custos atingiram R$ 102,8 milhões, aumento de 19,1% comparado ao 1S08. *Excluindo-se Renovias, RodoAnel e ViaQuatro, os Outros Custos atingiram R$ 43,6 milhões (-5,0%) no 2T09 e R$ 91,7 milhões (+9,8%) no 1S09.*

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

EBITDA (+23,9%)

Reconciliação EBITDA (R$ MM)	2T08	2T09	Var %	1S08	1S09	Var %
Lucro Líquido	**141,9**	**181,9**	**28,2%**	**304,1**	**337,8**	**11,1%**
(+) Participação dos Minoritários	2,3	1,7	-26,1%	4,9	3,4	-30,9%
(+) IR e CS	78,7	102,4	30,1%	166,3	207,6	24,8%
(+) Resultado Financeiro Líquido	66,9	66,0	-1,3%	129,2	148,9	15,3%
(+) Depreciação e Amortização[1]	86,7	114,6	32,1%	174,2	223,7	28,5%
EBITDA	**376,5**	**466,6**	**23,9%**	**778,7**	**921,4**	**18,3%**
Margem EBITDA	**59,3%**	**63,3%**	**+4,0 p.p.**	**62,0%**	**63,4%**	**+1,4 p.p.**

1 - Inclui as despesas antecipadas

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido (R$ MM)	2T08	2T09	Var %	1S08	1S09	Var %
Resultado Financeiro Líquido	**(66,9)**	**(66,0)**	**-1,3%**	**(129,2)**	**(148,9)**	**15,3%**
Despesas Financeiras:	**(99,4)**	**(139,2)**	**40,0%**	**(204,5)**	**(285,6)**	**39,6%**
- Variação Cambial	(0,1)		n.a.	(14,2)	(5,5)	-61,5%
- Perda com Operação de Swap	(10,1)	(29,4)	189,0%	(27,8)	(43,5)	56,3%
- Variação Monetária	(34,2)		n.a.	(52,3)	(1,7)	-96,8%
- Juros Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(49,5)	(103,0)	108,3%	(98,6)	(213,8)	116,9%
- Outras Despesas Financeiras	(5,5)	(6,8)	23,1%	(11,6)	(21,1)	81,0%
Receitas Financeiras:	**32,5**	**73,2**	**124,8%**	**75,3**	**136,7**	**81,4%**
- Ganho com Operação de Swap			n.a.	13,7	0,3	-97,8%
- Variação Cambial	14,1	42,0	196,7%	20,2	59,9	196,1%
- Variação Monetária		2,5	n.a.		10,8	n.a.
- Outras (Juros e Rendimentos de Aplicações)	18,4	28,7	55,9%	41,4	65,7	58,8%

As concessionárias Ponte e ViaLagos possuem empréstimos em moeda estrangeira, na modalidade 2770, devidamente protegidos por contratos de swap. Os contratos de swap em vigor protegem a empresa dos riscos de variação cambial (curva ativa do contrato de swap) em troca do pagamento da variação de um determinado percentual do CDI em igual período (curva passiva do contrato de swap). Esses instrumentos financeiros de proteção são demonstrados detalhadamente na Nota Explicativa n° 23 do ITR do 2T09, conforme Deliberação CVM 550/08.

Quando a diferença entre a variação da moeda estrangeira mais os juros relativos ao contrato de swap (curva ativa) e a variação do CDI relativa ao contrato de swap (curva passiva) é positiva, o ganho com operação de swap é contabilizado em receitas financeiras. Quando ocorre o inverso, a perda com operação de swap é contabilizada em despesas financeiras. A diferença entre as curvas ativa e passiva, ou seja, o valor líquido do swap, no trimestre resultou perda de R$ 29,4

milhões. A variação cambial por sua vez, é contabilizada mensalmente como receita ou despesa financeira, dependendo da oscilação do Real frente às outras moedas nesse período.

O resultado positivo de R$ 2,5 milhões do item "Variação Monetária" deveu-se à variação do IGP-M no período (-0,32% no 2T09 contra +4,34% no 2T08).

O aumento do item "Juros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures" deveu-se ao aumento do estoque da dívida em 76,7%, comparado ao 2T08. O acréscimo deste item deveu-se principalmente aos juros sobre os empréstimos de curto prazo da concessionária RodoAnel no montante de R$ 35,1 milhões no 2T09.

O aumento do item "Outras Despesas Financeiras" (taxas, tarifas e comissões) deveu-se principalmente à consolidação da concessionária RodoAnel que contribuiu com R$ 1,6 milhão.

O aumento do item "Receitas Financeiras" deveu-se à maior receita com variação cambial e rendimentos sobre as aplicações financeiras.

Lucro Líquido (+28,2%)

A CCR consolidada apresentou um Lucro Líquido de R$ 181,9 milhões no 2T09 e R$ 337,8 milhões no 1S09. Esse aumento deveu-se à melhor performance operacional mencionada nos itens anteriores. *Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Lucro Líquido atingiu R$ 207,6 milhões no 2T09 e R$ 388,2 milhões no 1S09.*

Endividamento

O aumento da dívida bruta no 2T09 deveu-se a entrada de R$ 190 milhões na concessionária RodoAnel, referente a 4ª emissão de notas promissórias no total de R$ 650 milhões, e aos R$ 75 milhões de empréstimo do BNDES para a concessionária AutoBAn.

De acordo com as melhores práticas de finanças na indústria de infraestrutura e visando maximizar o retorno de nossos acionistas, a Companhia usualmente estrutura financiamentos de longo prazo na modalidade de *project finance* com a participação de organismos multilaterais para os novos negócios. Para permitir essa estruturação, que exige um determinado período de negociação, inicialmente é necessário a adoção de financiamentos de curto prazo, posteriormente substituídos por financiamento tipo *project finance*, de longo prazo.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

(R$ MM)	mar/09	jun/09
Dívida Bruta (1)	**3.935,2**	**3.931,6**
% Moeda Nacional	91%	94%
% Moeda Estrangeira	9%	6%
Curto Prazo	**2.015,6**	**2.076,7**
% Moeda Nacional	93%	98%
% Moeda Estrangeira	7%	2%
Longo Prazo	**1.919,6**	**1.854,9**
% Moeda Nacional	87%	90%
% Moeda Estrangeira	13%	10%
Caixa, Aplicações Financeiras e Conta Reserva	**1.086,0**	**848,9**
% Moeda Nacional	100%	100%
Ajuste de Swap a Receber (Pagar)	**39,3**	**14,9**
Dívida Líquida	**2.809,9**	**3.067,8**

(1) A dívida bruta está reduzida dos custos de transação incorridos na estruturação dos respectivos instrumentos financeiros, de acordo com as adequações à nova legislação societária.

Composição da Dívida (R$ MM)	Indexador	Custo Médio	Junho/2009	%
BNDES	TJLP	TJLP + (1,7% - 5,3%)	327,6	8%
Debêntures	IGP-M	IGP-M + (7,6% - 11%)	657,0	17%
Debêntures	CDI	CDI + 1,6%; 103,3% a 105% do CDI	908,2	23%
Debêntures	Pré-fixada	14,75	500,3	13%
Notas Promissórias	CDI	CDI + (1,18% - 2,10%)	1.323,1	33%
Moeda Estrangeira	US$	cesta de moedas + 5,0%; US$ + 5,05% - 6,13%	54,7	1%
Moeda Estrangeira	IENE	IENE + 5,8225%	79,1	2%
BID	LIBOR	LIBOR + (1,9% - 2,8%)	112,8	3%
Outros	CDI	CDI + (0,275% a.m.)	6,6	0%
Total			**3.969,4**	**100%**

O custo nominal médio anualizado, incidente sobre a dívida consolidada, atingiu 9,9% a.a. em jun/09, comparado a 14,3% a.a. no mesmo período do ano anterior.

Calendário de Amortização da Dívida		
Período	**R$ MM**	**% Total**
2009	1.959,6	49%
2010	417,1	11%
2011	316,1	8%
2012	215,9	5%
2013	274,3	7%
2014	122,0	3%
2015	105,1	3%
2016	178,4	4%
2017	178,4	4%
2018	178,4	4%
2019	11,7	0%
2020 em diante	12,1	0%
Total	**3.969,4**	**100%**

Investimentos

No 2T09, os investimentos somaram R$ 250,3 milhões. A seguir relacionamos os principais investimentos por concessionária: AutoBAn - obras do Complexo Anhangüera e nas Marginais de Campinas, NovaDutra - recuperação do pavimento, sinalização e implantação de barreira rígida, ViaOeste - remodelação do Trevo de Jandira e Complexo Cebolão. O investimento do RodoAnel deveu-se aos desembolsos decorrentes da construção das praças de pedágio e à conservação especial em pavimento rígido. A ViaQuatro continua em fase pré-operacional e realizando o adiantamento para pagamento dos fornecedores de sistemas e material rodante.

CAPEX (R$ MM)	1Q09	2Q09	2009(E)*	2010 (E)*
AutoBAn	67,9	82,7	337,2	498,5
NovaDutra	32,9	40,3	161,1	196,0
ViaOeste	15,8	53,3	302,0	162,4
RodoNorte (100%)	15,3	12,3	83,4	96,8
Ponte	0,8	0,9	12,5	18,2
ViaLagos	1,0	0,6	9,5	12,0
ViaQuatro (58%)	1,9	21,7	158,9	123,1
Renovias (40%)	3,9	9,6	36,0	26,3
RodoAnel (100%)	16,5	24,4	53,3	45,5
Outras[1]	3,1	4,5	23,9	19,2
Consolidado	**159,1**	**250,3**	**1.177,8**	**1.198,0**

1 - Inclui CCR, CCR México, CCR USA, Actua, Engelog, Parques e STP.

* Refere-se a valores estimados para 2009 e 2010.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Os investimentos nas concessionárias AutoBAn e ViaOeste nos anos de 2009 e 2010, demonstrados no quadro acima, contemplam aditivos contratuais, discutidos com a agência reguladora, em fase de reequilíbrio nas formas previstas em contrato. Assim, dentre os valores totais da concessionária AutoBAn, temos R$ 30,4 milhões no ano de 2009 e R$ 69,5 milhões em 2010. A ViaOeste, por sua vez, possui R$ 220,8 milhões em 2009 e R$ 29,0 milhões em 2010 em situação semelhante.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
01	CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	00.861.626/0001-92	ABERTA CONTROLADA	100,00	16,64
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		128.766.175		128.766.175	
02	CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A	02.451.848/0001-62	ABERTA CONTROLADA	100,00	23,99
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		174.999.989		174.999.989	
03	CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	01.612.234/0001-52	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,96
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		35.167.988		35.167.988	
04	CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A.	00.358.042/0001-07	FECHADA CONTROLADA	100,00	2,15
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		19.421.329		19.421.329	
05	RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	02.221.531/0001-30	ABERTA CONTROLADA	85,92	10,08
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.846.936.430		1.846.936.430	
06	PARQUES SERVIÇOS LTDA.	03.910.714/0001-25	FECHADA CONTROLADA	85,92	0,01
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		8.592		8.592	
07	ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA.	05.397.412/0001-20	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,05
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	
08	ACTUA ASSESSORIA LTDA.	05.410.674/0001-88	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,57
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	
09	ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA.	05.455.633/0001-08	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,15
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
10	SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.	05.699.264/0001-07	FECHADA CONTROLADA	38,25	1,26
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		8.528.832		8.528.832	
11	CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A.	02.415.408/0001-50	ABERTA CONTROLADA	100,00	16,59
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		13.976.292.236		13.976.292.236	
12	CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,12
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		4.099.999		4.099.999	
13	CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A.	07.682.638/0001-07	FECHADA CONTROLADA	58,00	2,57
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		63.572.142		63.572.142	
14	CCR - USA, LLC.	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,02
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		300		250	
15	CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.	09.387.725/0001-59	FECHADA CONTROLADA	95,00	1,17
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		93.100.000		44.192.133	
16	COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES	09.367.702/0001-82	FECHADA CONTROLADA	99,00	14,86
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		445.580.190		445.580.190	
17	CPCI CIA DE PARTICIP.CONC. INFRA-ESTRUTU	10.665.151/0001-12	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		999		999	
18	CPCSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS	10.665.162/0001-00	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		999		999	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	01
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/04/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/03/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/03/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105 % do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/09/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	02
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	DISPENSADO O REGISTRO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	26/09/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	26/09/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	26/09/2009
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,60% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	300.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	300.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	26/09/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	03
2 - Nº ORDEM	4
3 - Nº REGISTRO NA CVM	DISPENSADO O REGISTRO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	29/12/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	29/12/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	31/12/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	14,75% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	500.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	500.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	29/12/2009

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

INFORMAÇÕES NÃO REVISADAS PELOS AUDITORES

Composição dos acionistas da Companhia de Concessões Rodoviárias com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97%	64.393.416	15,97%
Camargo Corrêa S.A.	7.766.880	1,93%	7.766.880	1,93%
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42%	66.193.684	16,42%
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,42%	1.700.000	0,42%
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,29%	1.164.965	0,29%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,28%	1.143.847	0,28%
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	66.495.479	16,50%	66.495.479	16,50%
Soares Penido Obras, Construções, Investimentos Ltda.	2.832.413	0,70%	2.832.413	0,70%
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	2.832.412	0,70%	2.832.412	0,70%
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90%	72.160.300	17,90%
Outros	116.418.404	28,89%	116.418.404	28,89%
Total	**403.101.800**	**100%**	**403.101.800**	**100%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	685.162.735	100%	685.162.735	100%
Outros	7	0,00%	7	0,00%
Total	**685.162.742**	**100%**	**685.162.742**	**100%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Participações Morro Vermelho S.A.	48.940	100%	93.099	100%	142.039	100%
Carlos Pires Oliveira Dias	1	0,00%	1	0,00%	2	0,00%
Fernando Arruda Botelho	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Luiz Roberto Ortiz Nascimento	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Flávia Buarque de Almeida	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Albrecht Curt Reuter Domenech	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Vitor Sarquis Hallack	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Total	**48.946**	**100%**	**93.100**	**100%**	**142.046**	**100%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Participações Morro Vermelho S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 A	33,34%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 A	33,29%	1.498.080	22,19%
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 B	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 B	33,29%	1.498.080	22,19%
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 C	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 C	33,29%	1.498.080	22,19%
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	5.760 D	0,13%	5.760	0,10%
Outros	6 (2 de cada A, B, C)	0,00%	0	0,00%	6	0,00%
Total	**2.250.000**	**100%**	**4.500.000**	**100%**	**6.750.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCABON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	**749.850**	**100%**	**150**	**100%**	**750.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCABPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	**1.500.000**	**100%**	**1.500.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCNON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	**749.850**	**100%**	**150**	**100%**	**750.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCNPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	**1.500.000**	**100%**	**1.500.000**	**100%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da RCPODON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	**749.850**	**100%**	**150**	**100%**	**750.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	**1.500.000**	**100%**	**1.500.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RRRPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.980	33,34%	1.980	33,34%
Renata de Camargo Nascimento	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Total	**5.940**	**100%**	**5.940**	**100%**

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Concessões S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	42.464.341	76,48%	40.634.482	73,18%	83.098.823	74,83%
IFC - International Finance Corporation	8.246.717	14,85%	8.246.717	14,85%	16.493.434	14,85%
AG Invest Fundo de Investimento em Participações	4.806.293	8,66%	4.806.294	8,66%	9.612.587	8,66%
Outros	8.028	0,01%	1.837.880	3,31%	1.845.908	1,66%
Total	**55.525.379**	**100%**	**55.525.373**	**100%**	**111.050.752**	**100%**

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez S.A.	233.761.338	100%	467.522.687	100%	701.284.025	100%
Outros	5	0,00%	0		5	0,00%
Total	**233.761.343**	**100%**	**467.522.687**	**100%**	**701.284.030**	**100%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Administradora Santana Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora São Miguel Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora Santo Estevão S.A.	238.663.827	33,34%	477.336.173	33,34%	716.000.000	33,34%
Outros	9	0,00%	0	0,00%	9	0,00%
Total	**715.991.488**	**100%**	**1.432.008.519**	**100%**	**2.148.000.007**	**100%**

Composição dos cotistas da Administradora Santana Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Angela Gutierrez	99.998	33,33%
Cristiana Gutierrez	99.998	33,33%
Espólio de Roberto Gutierrez	99.970	33,32%
Outros	34	0,02%
Total	**300.000**	**100%**

Composição dos cotistas da Administradora São Miguel Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	200	0,00%
Vera Furtado de Andrade	200	0,00%
Travessia Participações Ltda	1.455.200	7,66%
Guvidala Participações Ltda	1.497.200	7,88%
Nadja Participações Ltda	1.404.800	7,40%
Cristália Participações Ltda	1.431.200	7,54%
Água Branca Participações Ltda	1.392.800	7,33%
Verdigris Participações Ltda	1.372.400	7,23%
Morrote Participações Ltda	1.196.000	6,31%
Marília Furtado de Andrade	1.261.200	6,64%
Laura Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Heloisa Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Flávio Furtado de Andrade	1.203.600	6,34%
Alvaro Furtado de Andrade	1.376.400	7,25%
Luciana Furtado Andrade	1.368.000	7,20%
Paulo Furtado de Andrade	1.390.800	7,32%
Total	**18.990.000**	**100%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Travessia Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Paulo Furtado de Andrade	1.455.200	100%
Total	**1.455.201**	**100%**

Composição dos cotistas da Guvidala Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1.497.200	100%
Total	**1.497.201**	**100%**

Composição dos cotistas da Nadja Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Luciana Furtado de Andrade	1.404.800	100%
Total	**1.404.801**	**100%**

Composição dos cotistas da Cristália Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Heloisa Furtado de Andrade	1.431.200	100%
Total	**1.431.201**	**100%**

Composição dos cotistas da Água Branca Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Laura Furtado de Andrade	1.392.780	100%
Gabriela Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Mariana da Cunha Pereira	5	0,00%
Rafael Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Camila da Cunha Pereira	5	0,00%
Total	**1.392.801**	**100%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Verdigris Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Marília Furtado de Andrade	1.372.400	100%
Total	**1.372.401**	**100%**

Composição dos cotistas da Morrote Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Flávio Furtado de Andrade	1.196.000	100%
Total	**1.196.001**	**100%**

Composição dos cotistas da Administradora Santo Estevão S.A. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	Cotas	%
Sergio Lins Andrade	4.986.587	99,72%
Outros	13.776	0,28%
Total	**5.000.363**	**100%**

Composição dos acionistas da Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Part. e Emp. S.A.	25.225.441.568	68,48%	25.225.441.568	68,48%
Soares Penido Investimentos Ltda.	11.612.711.540	31,52%	11.612.711.540	31,52
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	1	0,00%	1	0,00%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Thadeu L. Marcondes Penido	1	0,00%	1	0,00%
Ações em Tesouraria	1	0,00%	1	0,00%
Total	**36.838.153.112**	**100%**	**36.838.153.112**	**100%**

Composição dos acionistas da Soares Penido Part. e Emp. S.A. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Thadeu Luciano Marcondes Penido	200.000.000	33,34%	200.000.000	33,34%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Total	**600.000.000**	**100%**	**600.000.000**	**100%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Soares Penido Investimentos Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Thadeu Luciano Marcondes Penido	148.546.332	33,33%	148.546.332	33,33%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	148.546.334	33,33%	148.546.334	33,33%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	148.546.334	33,34%	148.546.334	33,34%
Total	**445.639.000**	**100%**	**445.639.000**	**100%**

Composição dos acionistas da Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Investimentos Ltda.	116.656.842	100%	116.656.842	100%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	100	0,00%	100	0,00%
Total	**116.656.942**	**100%**	**116.656.942**	**100%**

Composição dos acionistas da Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Investimentos Ltda.	24.385.853	100%	24.385.853	100%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	100	0,00%	100	0,00%
Total	**24.385.953**	**100%**	**24.385.953**	**100%**

Composição dos cotistas da Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Brisa Internacional SGPS S.A. [1]	599.188.237	100%
Brisa Autoestradas de Portugal S.A.	1	0,00%
Total	**599.188.238**	**100%**

1 – Empresa de capital estrangeiro.

Composição dos acionistas da Brisa Internacional SGPS S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Brisa Auto-estradas de Portugal S.A	50.000	100%	50.000	100%
Total	**50.000**	**100%**	**50.000**	**100%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Brisa Autoestradas de Portugal S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
José de Mello SGPS, SA	179.520.271	29,92%	179.520.271	29,92%
Babcock & Brown Limited	95.931.635	15,99%	95.931.635	15,99%
Abertis Infraestruturas AS	87.643.700	14,61%	87.643.700	14,61%
Outros	236.904.394	39,48%	236.904.394	39,48%
Total	**600.000.000**	**100%**	**600.000.000**	**100%**

Composição dos acionistas da José de Mello SGPS, S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Maria Teresa Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Maria Amélia Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Vasco Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Maria Cristina Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Pedro Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Maria Luísa Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Maria do Carmo Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
João Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Maria João Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Salvador Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Filipe Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Gonçalo Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Total	**179.520.271**	**100,00%**	**179.520.271**	**100,00%**

Ações da Companhia em circulação (free-float)

Após o desdobramento das ações (split em fevereiro de 2006) a quantidade de ações em circulação (free-float) corresponde a 115.134.312, representando 28,56% do capital da Companhia.

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 30 de junho de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.229.092	0,31%	1.229.092	0,31%
Conselho Fiscal	15.000	0%	15.000	0%
Diretores	55.000	0,01%	55.000	0,01%
Outros (mercado)	115.119.312	28,56%	115.119.312	28,56%
Total	**403.101.800**	**100%**	**403.101.800**	**100%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 30 de junho de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.483.536	0,37%	1.483.536	0,37%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%
Diretores	48.000	0,01%	48.000	0,01%
Outros (mercado)	114.886.868	28,50%	114.886.868	28,50%
Total	**403.101.800**	**100%**	**403.101.800**	**100%**

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto Social.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Ao
Conselho de Administração da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) da Companhia de Concessões Rodoviárias e dessa Companhia e suas controladas (informações consolidadas) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu principalmente de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 3.1, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008 apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM n° 506 de 19 de junho de 2006.

São Paulo, 12 de agosto de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2009 a 30/06/2009	13
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 30/06/2009	14
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	15
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	17
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	19
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	21
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2009 a 30/06/2009	24
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 30/06/2009	25
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	26
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	106
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	107
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	121
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	123
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	126
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	135
		CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	
		CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A	
		CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	
		CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A.	
		RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	
		PARQUES SERVIÇOS LTDA.	
		ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA.	
		ACTUA ASSESSORIA LTDA.	
		ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA.	
		SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.	
		CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A.	
		CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
		CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A.	
		CCR - USA, LLC.	
		CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.	
		COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES	
		CPCI CIA DE PARTICIP.CONC. INFRA-ESTRUTU	
		CPCSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS	/135